

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - CTC

21.06.2023

* * *

- Abre a reunião o Sr. Ricardo Madalena.

* * *

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Havendo quórum regimental, declaro aberta a quinta reunião ordinária da Comissão de Transportes e Comunicação da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura.

Quero registrar aqui a presença dos Srs. Deputados Paulo Mansur, esse que vos fala, Ricardo Madalena, deputado Donato, deputado Enio Tatto, deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, deputado Milton Leite Filho, deputado Bruno Zambelli, deputado Luiz Fernando Teixeira.

Quero registrar aqui também a presença dos prefeitos que estão aqui, Diego Singolani, de Santa Cruz do Rio Pardo, prefeito Heliton, de Itararé, prefeito José Ramiro de Itaí e prefeito José Guilherme de Riversul, e também vereador Tatu, Ronaldo de Itaí, o Rafael de Itararé, o Preto de Paranapanema e Itaí, e o vice-prefeito Marcão, que aqui está também, de Riversul.

Registrar aqui a presença de toda a equipe do prefeito de Santa Cruz do Rio Pardo, registrar a presença aqui também do deputado Sebastião Santos, que está aqui conosco. Eu vou solicitar e convidar os prefeitos para se unirem aqui à Mesa ao lado do Guilherme, que já está sentado ali. Pode se assentar aqui na frente, o Heliton, o Diego, o Zé Ramiro, por favor.

Pessoal veio para ouvir a Artesp aí. Bom, vamos dar início aqui. Solicito a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - Pela ordem, presidente. Solicitar a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É regimental o pedido de V.Exa., vamos dar início aqui.

Ordem do Dia: Projeto de lei para deliberação não-conclusiva.

Item 1. Projeto de lei nº 1.062/2019, autor: deputado Rodrigo Gambale. Assegura aos estudantes e aos professores o pagamento da metade do valor das passagens nos ônibus municipais. Relator: deputado Carlão Pignatari, voto favorável.

Em discussão. Srs. Deputados que forem a favor... perdão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Quero registrar aqui a presença do deputado Oseias de Madureira. Vou pedir para os prefeitos pularem uma, que estão chegando deputados, para os deputados ficarem aqui na ponta e deixarem as cadeiras livres, porque devem chegar mais deputados. Então, pular mais dois e pode se sentar à esquerda também, direita e esquerda, os demais prefeitos que aí estão.

Nós temos, ainda, o convite ao Sr. Milton Roberto Persoli, diretor-geral da Artesp, que confirmou a presença aqui conosco, então nós vamos dar uma acelerada aqui para ouvir o Sr. Milton, que acaba de chegar aqui no recinto. Obrigado pela presença, Sr. Milton.

Item 2. Projeto de lei nº 1.132/2019, autor: deputado Bruno Ganem. Torna obrigatória a previsão, nos contratos de concessão de rodovias estaduais, de cláusula que imponha a instalação e a manutenção de hospitais ou centros médicos para atendimento de vítimas de acidentes de trânsito que ocorram nos trechos concedidos. Relator: deputado Donato, voto favorável.

Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 3. Projeto de lei nº 1.216/2019, autor: deputado Rafael Silva. Concede passe livre às pessoas com deficiência e a seus acompanhantes no sistema de transportes coletivos rodoviários intermunicipais do estado. Relator: deputado Rodrigo Moraes, voto favorável.

Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 4. Projeto de lei nº 558/2021, autor: deputado Bruno Ganem. Determina a substituição da frota de ônibus intermunicipais convencionais, movidos a combustão, por ônibus elétricos, movidos a bateria. Relator: deputado Rodrigo Moraes, voto favorável.

Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 5. Projeto de lei nº 420/2022, autor: deputado Bruno Ganem. Assegura ao paciente com fibromialgia assento preferencial na rede de transporte público estadual. Relator: deputado Carlão Pignatari, voto favorável.

Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 6. Projeto de decreto legislativo nº 48/2020, autor: deputada Valeria Bolsonaro e deputado Major Mecca. Susta o Decreto nº 65.337, de 07 de dezembro de 2020, que altera o Decreto nº 59.953, de 13 de dezembro de 2013, que regulamenta a imunidade, isenção, dispensa de pagamento, restituição e redução de alíquota de imposto IPVA e dá outras providências. Relator: deputado Carlão Pignatari, voto favorável.

Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 7. Agora, o Item 7, nós tivemos uma questão de ordem na semana passada, do deputado Carlão Pignatari, na qual ele sugeriu nós votarmos em bloco, e após nós consultarmos a Secretaria desta comissão, foi dito que não haveria possibilidade, mas nós pesquisamos aqui na Casa e as demais comissões estão fazendo deste modo, ou seja, votando desde que não haja nenhum deputado contrário, votando em bloco.

Então se não houver, vou consultar os senhores pares que aqui estão.

O SR. LUIZ FERNANDO TEIXEIRA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Luiz Fernando Teixeira.

O SR. LUIZ FERNANDO TEIXEIRA - PT - Nada a opor em votar em bloco, mas eu queria pedir vista de dois projetos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pois não, é regimental.

O SR. LUIZ FERNANDO TEIXEIRA - PT - O item 12 e o Item 19.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Bruno Zambelli.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Presidente, eu gostaria também de pedir vista do Item 29 e do Item 30.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É regimental o pedido de V.Exa., concedido vista.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -
Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem...

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -
Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Só um minutinho, por causa da Secretaria nossa aqui. Bruno, o item que você pede é?

O SR. - Vinte e nove.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Vinte e nove e 30.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Vinte e nove e 30, e o item que o deputado Luiz Fernando Teixeira pede é?

O SR. LUIZ FERNANDO TEIXEIRA - PT - Itens 19 e 12.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com a palavra,

deputado Xerife do Consumidor.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -

Eu solicito vista do Item 31 da pauta.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É regimental o pedido

de V.Exa., concedido vista ao item 31. Mais alguém?

O SR. DONATO - PT - Eu queria pedir vista conjuntas do Item 31 da pauta.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Concedido. Deputado

Donato pediu na reunião passada, eu não vou poder conceder, deputado Donato, devido ao Regimento. Pode ser algum dos seus pares aí.

O SR. LUIZ FERNANDO TEIXEIRA - PT - Eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Então, o deputado Luiz

Fernando Teixeira pede vista em conjunto do Item 31. Quero registrar a presença aqui do deputado Barros Munhoz, decano dessa Casa, acho que deve ter 18 mandatos mais ou menos. Pessoal, alguma...

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado

Xerife do Consumidor.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -

Momento oportuno, Sr. Presidente, para que a gente possa fazer uma homenagem ao grande decano desta Casa, ao grande professor, orador, essa pessoa, essa personalidade política do nosso estado que muito nos dá orgulho de termos aqui no assento dessa Assembleia Legislativa do estado de São Paulo.

Eu que aprendi lá atrás, deputados, numa caminhada longa com ele, onde ele participava ainda de uma outra instituição partidária, e naquela ocasião foi até candidato ao governo do estado de São Paulo. A partir daquele momento, Sr. Presidente, nobres pares aqui, eu aprendi muito com este professor, e nós temos aprendido a cada dia, então, nossa homenagem, desta presidência, desta comissão e a homenagem deste deputado aqui a V.Exa., nosso querido deputado Barros Munhoz.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, deputado Xerife do Consumidor, assinamos embaixo sua prepositura neste momento. Pessoal, alguma objeção de nós votarmos aqui em conjunto? Ok então, vamos lá.

Do Item 7 ao Item 18... perdão. Do Item 7 ao Item 11, do Item 13 ao Item 18 e do Item 24 ao Item 27, nós vamos votar tudo em conjunto aqui, uma vez...

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - Vinte e oito também, não é, presidente, ou pediram vista do Item 28? Falta incluir o 28.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Item 28? Foi pedido vista?

O SR. DONATO - PT - Não, não foi pedido, e o 32...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Nós vamos votar o 28 porque ele não tem substitutivo. Vamos lá então, vamos dar continuidade aqui.

Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Agora, o Item 28... do Item 20 ao Item 23, e depois também o 28. Vamos lá. Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, Srs.

Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas as proposições.

Só um tempinho agora para arrumarmos os requerimentos aqui e anotarmos o que foi pedido vista e o que não foi para pormos em pauta. Vamos lá, o Item 32 não foi pedido vista, nós vamos proceder à leitura neste momento.

Item 32. Requerimento nº 1.100/2023, de autoria da deputada Beth Sahão.

Requerimento à Comissão de Transporte e Comunicações, com base no Art. 31, Incisos IV e V, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, que encaminhado ofício ao Sr. Diretor Geral da Artesp para que apresente as medidas adotadas pela fiscalização da Agência Reguladora em relação ao estado de conservação precário do trecho da rodovia Washington Luiz entre Catanduva, Mirassol e o valor abusivo da praça de pedágio.

Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação do requerimento, Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Estamos sem pauta agora, vamos proceder ao convite que nós fizemos.

Item 2, ouvir o convidado Sr. Milton Roberto Persoli, diretor da Artesp, a fim de que apresente a esta Comissão de Transportes e Comunicações motivo pela demora de autorizar a municipalização do trecho da rodovia Plácido Lorenzetti - SP - 007/327, com construção de acesso ao distrito industrial e também atendimento ao Art. nº 52 da constituição do estado de São Paulo, apresentar a prestação de contas do andamento de sua gestão, bem como a demonstração e avaliação do desenvolvimento de ações, programas e metas desta agência.

Quero convidar o Sr. Milton Persoli para tomar o assento aqui ao nosso lado.

O SR. DONATO - PT - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Enquanto o engenheiro Milton Persoli não toma o assento.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pois não.

O SR. DONATO - PT - Pelo Art. nº 52-A, os secretários têm que prestar informações às comissões respectivas semestralmente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sim, isso.

O SR. DONATO - PT - O secretário Assalve virá a essa comissão, o secretário Benini, estão agendados para prestar esclarecimento à comissão?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu acho que ele foi convocado na Comissão de Transportes Metropolitanos, o Assalve, e nós vamos fazer em conjunto... que dia que é? Na quarta-feira vamos fazer em conjunto com a Natália, é a Comissão de Meio-ambiente, Infraestrutura e a nós, a CTC, será em conjunto. Agora poderia...

O SR. DONATO - PT - O secretário Benini não tem a ver as concessões de rodovias?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sim, sim.

O SR. DONATO - PT - Ele não está estruturando? Ele não deveria participar e prestar contas a essa comissão?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eles responderam a nós que estariam em outra comissão. Nós estamos confirmando e já te dou essa resposta...

O SR. DONATO - PT - (Inaudível.) Podemos fazer em conjunto?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Podemos.

O SR. DONATO - PT - Como faremos com a secretária Natália?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sim, sim.

O SR. DONATO - PT - Porque o assunto dele...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É de sumo interesse de nossa parte aqui.

O SR. DONATO - PT - Exatamente, já que o governo não deixa aprovar o convite a ele para discutir a ViaMobilidade, ele tem que vir nessa Casa, não tem?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com certeza.

O SR. DONATO - PT - Nós vamos perguntar para ele quando ele vier.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Se não foi convocado, nós convocamos para semana que vem. Nós temos ainda semana que vem de trabalho.

O SR. DONATO - PT - Acho que a secretária Natália vem semana que vem.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Não, a secretária Natália vem, podemos fazer um extra, se todos aqui estiverem de acordo, e nós convocamos.

O SR. DONATO - PT - E está mantido terça-feira a ViaMobilidade (Vozes sobrepostas.)?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - ViaMobilidade terça-feira ao meio-dia.

O SR. DONATO - PT - Ótimo. Parabéns presidente, essa comissão está trabalhando graças à sua Presidência.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado, agradeço, mas eu vou pedir depois no grupo a convocação de todos na terça-feira, meio-dia, para nós ouvirmos a ViaMobilidade, que foi convocada e vai estar presente aqui.

Apesar do deputado Donato, eles pediram para que fosse na semana que vem, que eles estariam convocados para esta semana, e aí num acordo que foi feito eles virão na terça-feira, porque na quarta nós ouviremos a secretária de Infraestrutura, Meio-Ambiente, que é a secretária Natália.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Já temos a resposta, só um minuto aqui. Nós podemos fazer com o Benini com a Comissão de Assuntos Econômicos. Metropolitanos seria o Assalve, e o Benini em conjunto...

Eu vou manter contato ainda hoje com os presidentes das demais comissões para nós vermos se fazemos em conjunto com eles, e até ver a flexibilidade da questão do horário deles, porque eles já têm Comissão devido a nós já termos a Natália para semana que vem, mas qualquer coisa fazemos um extra também.

Mas vamos tentar, sem ser agosto, fazer agora, está bom?

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Deixem que eu dou um feedback a vocês no grupo. Com a palavra, deputado Oseias de Madureira.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Quero só registrar, Sr. Presidente, a presença do vereador Gesiel de Madureira da cidade de Iracemápolis, saudá-lo bem-vindo, prestigiando o trabalho desta comissão.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Seja bem-vindo, nobre vereador de Iracemápolis. É parente, Madureira?

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - É da mesma nação, é da mesma igreja, é “De Madureira” também.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Parabéns.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Gesiel, somos irmãos, é isso aí, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É isso aí.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - É uma alegria recebê-lo.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Que benção. Seja bem-vindo, e as demais autoridades aqui também. Sr. Milton Persoli, o senhor tem, por Regimento, até 20 minutos para explanar pelo Art. 52. Após isso, o senhor será arguido pela minha pessoa, pelo Tatto, que já se inscreveu, mais alguém? Deputado Donato, deputado Tatto, deputado Barros Munhoz, deputado Bruno Zambelli, estou anotando bem...deputado Paulo Mansur, deputado Oseias de Madureira.

Depois eu vou franquear a palavra aos prefeitos que aqui estão, que também têm demandas que infelizmente não estão obtendo sucesso, e está paralisada. Nós precisamos da ação da Artesp. Com a palavra, o Sr. Diretor-Geral Milton Persoli.

O SR. MILTON PERSOLI - Bom dia a todos, bom dia presidente, é um prazer enorme estar nessa casa, se o senhor me permite saudar aos demais parlamentares, autoridades, na pessoa do nosso querido deputado Barros Munhoz.

Deputado, mais uma vez, prazer em vê-lo, sempre disposto, e aí vamos à disposição sempre dessa casa, sempre que for feito o convite estaremos presente. É importante que haja essa comunicação entre o estado, no qual eu represento pela Artesp, e vocês nobres parlamentares aqui.

O primeiro assunto seria a documentação e a transmissão dos direitos de posse da rodovia para a prefeitura de...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Só um minutinho por favor Milton, eu não sei se você ouviu bem o porquê de você estar aqui, que é o Art. n° 52, para você falar das ações, programas e metas, e a fiscalização que é feita pela Artesp, você dar uma explanada, depois nós entramos no assunto pessoal, que é, vamos dizer assim, pontual com relação às prefeituras.

O SR. MILTON PERSOLI - Está bom, eu tenho esse material disponível, nós estamos trazendo ao senhor e será disponibilizado aos demais parlamentares nosso relatório da administração do exercício de 22.

Esse relatório está disponível, já foi publicado no nosso “Diário Oficial”, já foi encaminhado ao Tribunal de Contas do estado e também publicado no site da Artesp, mas de qualquer forma estamos trazendo ao senhor, presidente, o relatório da administração, que é público e será disponibilizado também para todos os parlamentares que tenham necessidade através da Secretaria da Casa que tem esse trabalho em meio eletrônico, então está todo o relatório da administração.

Nós podemos salientar que do exercício de 21 também foi feito um relatório, é obrigatória a presença desse relatório, a constituição e elaboração desse relatório final dos exercícios, e o relatório de 21 houve, por parte do Tribunal de Contas do estado, aprovação com pequenas ressalvas. Essas ressalvas já foram trazidas para o relatório de 22, e nós estamos já no pleno desenvolvimento do relatório de 23.

O de 22 já está encaminhado para o Tribunal de Contas, que vai exercer sua fiscalização e trazer seus apontamentos finais, então não sei há a necessidade de demonstrar na tela, ficaria um pouco enfadonho, eu acho, mas está aqui o relatório para que todos possam ter acesso.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, e com relação às ações, programas e metas de janeiro até o presente momento?

O SR. MILTON PERSOLI - Nós temos um plano... deixa eu ver se localizo aqui, por favor. Como é de conhecimento, já foi encaminhado para essa Casa também um exemplar do plano estratégico da Artesp, executado entre 21 e 22, e aí nós estamos executando o plano estratégico também da Artesp agora no exercício de 23.

Nós fizemos um trabalho de resumo de todas as atividades, que também serão trazidas aos Srs. Deputados, está aqui o plano estratégico, o resumo estatístico de fechamento de 20, 21 e 22, mas eu posso adiantar que desse plano 42% foram plenamente executados, 22% estamos ainda em execução e 35% de algumas dessas ações não foram executadas com relação ao plano estratégico original.

A não-execução dessas ações são por diversos motivos, desde uma dotação Orçamentária, desde um entendimento da própria Diretoria, que esses assuntos tivessem uma prioridade menor do que os maiores da execução do plano. Também está sendo

trazida aos Srs. Deputados o resultado do plano estratégico de 20, 21 e 22 e seu resumo de efetividade.

O terceiro assunto seria o resumo que nós trazemos agora de notificações e multas que estão sendo aplicadas, o que é um grande motivo de perguntas e indagações dessa Casa. Nós tivemos, não sei se há necessidade de apresentar na tela...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Não, pode tecer o comentário, se houver dúvidas, você disponibiliza para casa... Mas agiliza.

O SR. MILTON PERSOLI - Nós temos, de fevereiro a março até agora... se vocês me permitirem, a notificação é um processo oriundo da fiscalização. Quando o fiscal executa sua fiscalização na rodovia, na exceptiva, ele produz um documento, o relatório de fiscalização e esse relatório é transformado numa notificação para a concessionária.

Essa notificação, nós da Artesp, me permita até um breve resumo, estamos tentando diminuir o fluxo de informações e o fluxo interno da Artesp, para que essas notificações tenham mais celeridade.

Hoje ela tem um fluxo bastante, que é previsto, que é regimental, que está dentro do Regimento Interno da Artesp então tem que ser cumprido isso para que essa notificação tenha validade, então ela não pode sofrer nenhum outro processo a não ser esse, formal, o que está estabelecido pelo Regimento, senão ela perde a validade, existe um recurso e esse recurso é atendido porque não obedeceu ao Regimento Interno, a disciplina formal da notificação e multa.

É um processo demorado, é um processo que tem uma tramitação interna em todas as diretorias para se formalizar e acatar os devidos recursos, eles têm vários prazos regimentais de recursos e contrarrecursos, então é um processo que tem uma demora para sua efetividade grande, mas nesse período, só para os senhores terem uma ideia, agora, não contabilizado o mês de maio, até agora foram executadas 393 notificações.

Então, de janeiro até abril foram executadas 393 notificações geradas, e aí os processos dessas notificações já trazem alguma solução, que estão na casa de quase 300 penalidades, e a essas penalidades também formalmente cabem recursos trazidos pelas concessionárias, e normalmente isso tem que ser analisado pelas áreas, pelas consultorias jurídicas, isso traz uma morosidade à finalização desse processo.

É o risco que está sendo buscado agora nessa administração, de que sejam alteradas as portarias que regem isso para que nós tenhamos o menor número possível de passos e

tramitações internas, trazendo-se também alteração do regimento interno para que nós tenhamos uma solução mais rápida e efetiva dessa notificação, isso não implica que não esteja sendo feita a fiscalização.

Muito pelo contrário, nós estamos executando a fiscalização e temos um quadro comparativo de fiscalizações e multas desse ano, e podem ser trazidos também. Nesse relatório, nós temos, de 22, trazendo todas as notificações e multas aplicadas no exercício de 22, tem por concessionária, por tipo de infração, tem o menu completo que pode ser acessado pelas autoridades competentes.

Eu acho que nesse primeiro momento, deputado, não sei se todos necessitam, o material está sendo trazido e é bom nós começarmos a ouvir. Fica a seu critério, presidente, acho que é mais produtivo ouvirmos os parlamentares e vermos as dúvidas que façam necessários esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok. Pela sua convocação, mas primeiro você está aqui pelo Art. nº 52, então nós vamos ouvir os inscritos e depois a indagação com relação às demandas pontuais. Com a palavra, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar o Milton.

O SR. MILTON PERSOLI - Boa tarde.

O SR. ENIO TATTO - PT - Cumprimentar os deputados, todo o pessoal que está acompanhando. Sr. Milton, a título, só para esclarecer e o pessoal aqui ficar sabendo, o senhor é conselheiro da Artesp, diretor da Artesp, desde quando?

O SR. MILTON PERSOLI - Junho de 2020, meu mandato se expira em junho de 2024.

O SR. ENIO TATTO - PT - Está como presidente...?

O SR. MILTON PERSOLI - Diretor geral.

O SR. ENIO TATTO - PT - Diretor geral.

O SR. MILTON PERSOLI - Eu fui empossado e sabatinado por essa Casa em junho de 2020.

O SR. ENIO TATTO - PT - E como diretor geral da Artesp?

O SR. MILTON PERSOLI - Como diretor geral da Artesp.

O SR. ENIO TATTO - PT - Já como diretor geral?

O SR. MILTON PERSOLI - Já como diretor geral.

O SR. ENIO TATTO - PT - Mas o senhor entrou na Artesp em que ano?

O SR. MILTON PERSOLI - Também por esse cargo, fui indicado para esse cargo, sabatinado por essa Casa, aprovado por essa Casa e a indicação como diretor geral.

O SR. ENIO TATTO - PT - Antes de entrar em uma pergunta concreta aqui, me lembro muito bem, eu era deputado, primeiro secretário e eu o recebi em meu gabinete, quando o senhor foi pedir apoio, que é normal todos os indicados conversarem com os deputados já que é a Assembleia que aprova.

O SR. MILTON PERSOLI - É uma apresentação inicial, não é deputado?

O SR. ENIO TATTO - PT - Com o currículo, currículo muito bom, e aquele dia eu falei que, além da capacidade que o currículo demonstra, eu acho que todos os deputados pediram a mesma coisa, que era o atendimento das demandas dos deputados da Casa.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim.

O SR. ENIO TATTO - PT - Retorno de ligações, retornos de requerimentos e o atendimento. Eu quero dizer para o senhor que têm muitas reclamações a respeito das suas atitudes sobre o retorno das demandas dos deputados. Deste e de muitos outros que

já colocaram aqui na comissão, e também que a gente conversa de falta de atendimento, mas só dar esse recado para o senhor.

O SR. MILTON PERSOLI - Obrigado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Eu queria entrar logo de cara no trecho norte do Rodoanel.

O SR. MILTON PERSOLI - Pois não.

O SR. ENIO TATTO - PT - A concessão. O que teve problema, teve uma concessão, depois teve uma liminar que foi suspensa na justiça. No primeiro momento foi feita uma concessão comum, pura como se diz, e depois foi feita uma outra concessão que é uma PPP. Antes disso, ressaltar que o senhor pegou um governo que tinha uma sede de pedágios, de concessões, que foi o Doria.

Só para vocês terem uma ideia, Doria e Rodrigo, até 2018 tiveram 173 praças de pedágio no estado de São Paulo. Em apenas dois anos, está atualizado aqui até 2020, tiveram 39 praças de pedágio a mais. 22,54% a mais em apenas dois anos, não está atualizado os quatro anos. Aliás, até 2022 está atualizado, então foi uma sede de fazer pedágio aqui no estado de São Paulo.

Mas o que chama mais atenção é esse trecho do Rodoanel norte, concessão do norte, porque é totalmente diferente das demais concessões, e uma diferença que não dá para entender. Em um primeiro momento, quando foi uma concessão comum, a previsão de arrecadação desse trecho era de dez bilhões. Quando foi feita para uma PPP, caiu para 8,6 bilhões. É muita diferença.

Vou mais longe, e aí que atinge mais a população, os custos das mercadorias, quando da previsão e da concessão comum, o pedágio estava previsto para ser cobrado em 44 quilômetros de malha, 3,80. Depois que foi feita a concessão através de uma PPP, pulou para 6,50. É muita diferença. Que explicação tem, que diferença teve, tão grande assim, de um tipo de concessão para outro?

Emendo nessa pergunta, quem faz todo o projeto, todos os estudos, é a secretaria. Depois vai para a Artesp, que tem o poder de fiscalizar, de arredondar as coisas. Nada disso foi observado quando chegou na Artesp, nada disso foi corrigido? Não teve problema nenhum, não teve erro, não teve avaliação nenhuma diferente?

Comparando, por exemplo, o trecho oeste, o trecho norte é 96% mais caro. Comparando o trecho sul, é 116,18% mais caro. Concessionárias que ganharam diferente, e o trecho leste, 122,73% mais caro. Por que tanta diferença no trecho norte, que é essa PPP? Diferença em relação às demais e diferença de um processo, que era uma concessão comum, para uma PPP. Você tem explicação para isso? Gostaria que o senhor colocasse para todos nós aqui.

O SR. MILTON PERSOLI - Pois não, deputado. Bom, primeiro mais uma vez obrigado, nós manifestamos sempre seu interesse em buscar informações relativas ao Rodoanel. É sabido a todos nós a importância desse trecho do Rodoanel, o norte, a hora que se fecha todo o Rodoanel, ele só vai ser possível com a implementação do trecho norte.

Aí nós temos quase 180, 190 quilômetros de percorrido e uma vez implantado, ele vai trazer ao estado de São Paulo e também ao próprio município de São Paulo uma logística muito diferente a hora que ele se completar, então a importância do Rodoanel para o sistema rodoviário é ímpar.

Primeiro, vamos lá, o Rodoanel foi licitado pela Dersa, no seu primeiro momento, quem licitou o Rodoanel lá atrás foi a Dersa. A Dersa iniciou, foram seis lotes, a Dersa iniciou essa implantação feita pelo governo do estado em seis lotes. Em 2019, houve uma operação da Receita Federal e também do Ministério Público Federal, a operação “Pedra no caminho”, e aí começou-se a identificar uma série de irregularidades à época, naquela primeira licitação.

Em 2019 eu vim a pedido do então secretário João Otaviano para presidir a Dersa, nós assumimos a presidência da Dersa em janeiro de 2019. O primeiro ato que foi feito pela presidência da Dersa, pela secretaria, foi o rompimento unilateral de todos os contratos dos seis lotes por conta dessa divergência, dessa necessidade de demonstração e por conta da operação do Ministério Público, então a primeira ação que foi tomada foi o cancelamento de todos os contratos.

Em seguida, foi feito um grande trabalho de acompanhamento desses contratos que já estavam em vigor, das suas respectivas transações, medições e efetivamente o que estava lá implantado, o que foi pago e o que foi construído. Foi uma segunda atividade executada pela Dersa de comprovar o que se foi pago e o que foi construído, contratou-se o IPT também para fazer um grande laudo de comprovação de tudo que estava sendo trazido e tudo que foi construído lá pelas empreiteiras.

Então chegou-se a essa conclusão, existiu uma série de inconformidades que foram trazidas e hoje está sendo feito por uma Câmara Arbitral, esse enfrentamento desse trabalho, do que está lá, versus o que foi feito, o que foi trazido com uma auditoria interna da Dersa depois uma auditoria externa do IPT, gerou-se um relatório técnico e esse relatório está sendo conduzido por uma Câmara Arbitral, o que foi uma decisão do estado, de poder ouvir os seis consortes, isso é uma situação que ainda está sob judice.

Então nesse terceiro momento o que vai se fazer com o Rodoanel? A obra está lá, parada, a importância da obra é clara a todos, o governo do estado toma a decisão de refazer o edital.

É feito todo um trabalho novamente de levantamento, ainda trazendo também o primeiro relatório, foi feito um segundo relatório pela FIP, para trazer o entendimento do que precisa ser feito para um novo edital, e aí contratou-se uma empresa pelo estado, que é o IFC, que trouxe uma modelagem de preços, de volumes, de obras, e todo esse trabalho de uma concessão é trazido através desse estudo, e aí optou-se por fazer uma licitação, e essa à época conduzida pelo DR.

O Ministério Público, Tribunal de Contas, entendeu que essa licitação deveria ter sido mais bem auditada, então ele suspendeu essa segunda licitação. O governo suspende e cancela essa licitação feita pelo DR, atende todas as premissas feitas pelo Tribunal De Contas, atende todas as premissas feitas pelo Ministério Público, quando da avaliação do segundo edital, colocado na praça, e aí lança esse terceiro edital, que é o que foi feito agora.

A diferença desse terceiro edital para o primeiro e para o segundo, e é o que o senhor coloca sobre preços de pedágio, praças de pedágio, então todas as alternativas anteriores apontadas por todos os órgãos de controle foram trazidas para esse terceiro edital. Toda tecnologia que está sendo aplicada e atualmente utilizada por todos os grandes grupos internos e a níveis internacionais estão sendo trazidas para esse terceiro edital.

Esse edital, as empresas que foram trazidas para o leilão, também manifestam preocupação com relação à obra que está lá, “quando eu ganhar, se eu for o ganhador, eu tenho que ter uma garantia do que está sendo trazido pelo estado como uma condição de utilização dessa obra que ainda não foi concluída”, está sendo trazida como uma grande preocupação por todos os players que estavam interessados nesse edital.

Então o porquê disso, e aí tomou-se a decisão de ser uma PPP, aí o estado entende que não é uma inquietude, não é uma necessidade, uma falta de insegurança, mas é uma necessidade de garantia para os dois lados, então a PPP serviu como essa garantia,

então é um aporte do governo do estado para essa obra, para a empreiteira que ganhar, ela executar essa obra em parceria com o governo do estado.

O governo do estado entendeu também que tem um passivo naquela obra, embora esse passivo seja reconhecido, seja tratado e já esteja bastante amadurecido e seguro para que seja incluído nesse edital, então é nesse terceiro momento que foi feito esse recente leilão na bolsa de valores, nós tivemos esse ganhador, que é o consórcio Via Ápia.

Ele ainda não foi homologado, ainda está na fase final de homologação, foi homologado e adjudicado agora, no final de maio, junho, foi declarado o vencedor, foram feitas todas as auditorias pela AB3, pela Câmara Arbitral que foi instituída só para cuidar deste edital e pela comissão julgadora da Artesp, então esse processo foi totalmente auditado, os envelopes foram auditados e foi trazido o ganhador, que é o consórcio Via Ápia, que tem a obrigação de retomar a obra e depois fazer essa operação durante 30 anos.

O custo do pedágio nesse novo edital já está sofrendo, pela modelagem, uma queda de 10 a 12% da tarifa original do primeiro e do segundo edital. Por que isso? Porque nós estamos trazendo uma tecnologia que é o “free flow”, que são os pórticos que você paga pelo trecho percorrido, que é muito mais justo. O usuário percorre o trecho e não precisa pagar o pedágio cheio, ele paga só pelo trecho percorrido, então serão pórticos que serão trazidos para o Rodoanel norte com essa característica que será o “free flow”.

Não teremos mais as cabines naturais de pedágio e isso já é uma exigência dos novos editais, o lote noroeste, que foi executado recentemente também já traz essa, embora ele assumiu uma concessão, mas essa substituição gradual de pedágios de barreira que são chamados de sistema “free flow”, é uma situação e uma realidade que vai se tornar e aí o senhor tem razão quando traz os preços.

Então o “free flow” traz além da tecnologia a possibilidade de identificar a possibilidade de trazer uma tarifa mais justa e traz essa condição para os novos editais, então com essa modelagem já tem uma diminuição da tarifa quando ela for implantada de no mínimo 10 ou 12% com relação às tarifas anteriores. Não sei se o senhor tem mais alguma dúvida com relação a isso...

O SR. ENIO TATTO - PT - Tem sim.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu só vou pedir, um minutinho, para o senhor ser mais incisivo e específico na resposta, porque nós temos mais seis deputados que vão argui-lo, está bom? Com a palavra, deputado Enio Tatto.

Quero registrar a presença aqui do prefeito Éder de Taquarituba.

O SR. ENIO TATTO - PT - O que chama atenção, os técnicos, os engenheiros do DR, do Dersa, eu acho que todas as duas licitações, são os mesmos profissionais, profissionais competentes.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim.

O SR. ENIO TATTO - PT - O que tanta diferença, e o senhor colocou aqui que esse pedágio de 6,50 pode diminuir quando da sua implantação. Agora a explicação, por exemplo, o que num primeiro momento, na primeira licitação, a previsão de arrecadação de receita era 10 bilhões, aí cai para 8.600.

O SR. MILTON PERSOLI - O volume veicular.

O SR. ENIO TATTO - PT - Mas como? Imagino que cada vez mais tenham mais carros, e quando você conclui o Rodoanel, esse trecho vai receber mais aporte de carro, até sair das rodovias aqui das marginais vai pegar esse trecho.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim, a estimativa de volume é alta.

O SR. ENIO TATTO - PT - Então parece que falta uma explicação aqui de diminuir a arrecadação, ou seja, eu falo que vai ter menos receita e aí eu consigo aumentar o pedágio. Dá a entender que é isso, que é essa a jogada da negociação com as concessionárias, enfim.

Agora uma perguntinha: a lei estadual e a lei federal dizem que tem que ter audiência pública para fazer essas concessões. Na primeira concessão, quando foi previsto um pedágio de 3,80, teve audiência pública?

O SR. MILTON PERSOLI - É obrigatório para um processo licitatório novos editais terem audiência pública, eu participei já quando estava na Dersa e na secretaria da segunda audiência pública, foi feita no DR, nós participamos e eu liderei essa audiência. A terceira também foi feita no DR, essa audiência pública do Rodoanel norte, tiveram as três audiências públicas, é um fato obrigatório.

Nós teremos uma nova licitação que vai acontecer, que é o lote litoral agora, que está sendo feita uma nova modelagem, trazido também esse novo sistema de cobrança que é o “free flow”, e também é previsto e é obrigatório as audiências públicas para que seja concluído o processo e sejam trazidas todas as contribuições antes de qualquer publicação do novo edital.

O SR. ENIO TATTO - PT - Essas audiências públicas que o senhor participou, que houve, foi na primeira licitação?

O SR. MILTON PERSOLI - Na segunda, na primeira eu não participei, mas ouça: eu participei na segunda e na terceira.

O SR. ENIO TATTO - PT - Quanto da PPP, houve audiência pública para discutir ou aproveitou a audiência pública da primeira licitação... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - A terceira o senhor diz, não é? A terceira se aproveitou da audiência pública anterior.

O SR. ENIO TATTO - PT - Mas mudou totalmente a modelagem, muda todos os parâmetros, de uma licitação comum passa para uma PPP, uma parceria pública e privada, e você vai utilizar uma discussão, uma audiência pública de uma primeira licitação?

Não houve licitação para essa segunda, que é a definitiva, que é uma PPP? (Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - Houve aprovação por todas as áreas internas do governo do estado, a CAC-PPP...

O SR. ENIO TATTO - PT - O senhor acha que está correto?

O SR. MILTON PERSOLI - E o Cdped, que são dois órgãos que trazem uma condição inicial de aprovação, então se não houver aprovação tanto da CAC-PPP quanto da Cdped, o processo não se inicia. Então houve, por parte do governo do estado aprovação e houve naquele momento entendimento da não-necessidade de uma terceira audiência.

Houve a primeira e a segunda, e a terceira audiência não houve, houve um entendimento com parecer da PGE de não haver a necessidade da terceira audiência.

O SR. ENIO TATTO - PT - A Artesp em nenhum momento exigiu que houvesse essas audiências públicas para...

O SR. MILTON PERSOLI - É regimental, deputado, isso é obrigado a ser executada essa audiência pública antes da publicação de qualquer edital.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sim, é regimental, mas na segunda audiência, na PPP, não houve audiência pública.

O SR. MILTON PERSOLI - O senhor está dizendo a terceira.

O SR. ENIO TATTO - PT - Vocês aproveitaram a audiência pública de uma primeira totalmente diferente. Minha pergunta, e o senhor já respondeu, é que a Artesp, que tem o poder aí de regular e fiscalizar não teve esse...

O SR. MILTON PERSOLI - Não cabe à Artesp, cabe ao poder concedente decidir, é o governo do estado que decide. A Artesp não tem participação nessa decisão.

O SR. ENIO TATTO - PT - Não tem esse poder?

O SR. MILTON PERSOLI - Não, não tem esse poder. O poder é do poder concedente, é poder do estado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Só pediria, presidente, que essas explicações, essas planilhas, esses dados que ele colocou aí, que ele pudesse fornecer para nós.

O SR. MILTON PERSOLI - Lógico, com todo prazer.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Nós vamos disponibilizar, deputado Tatto, para todos os gabinetes.

O SR. ENIO TATTO - PT - Por último, uma última pergunta, acho que meu tempo já está esgotando...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Já estourou.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sobre o transporte intermunicipal.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim.

O SR. ENIO TATTO - PT - Como estão os processos para licitação do serviço de transportes coletivos intermunicipais e passageiro nas regiões metropolitanas? Qual é o prazo para a conclusão das licitações, para regularização das contratações de serviço? Falo isso porque nós temos uma reclamação muito grande...

O SR. MILTON PERSOLI - Diária isso. Nós recebemos todos os prefeitos diariamente com relação a isso.

O SR. ENIO TATTO - PT - E se tem alguma conversa, e uma reclamação muito grande é da integração, principalmente aqui na região metropolitana, onde tem metrô, do transporte intermunicipal com o metrô e com trem da CPTM, porque é um absurdo dois órgãos do estado não terem essa integração. Era isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, deputado Enio, alguma colocação?

O SR. MILTON PERSOLI - Não deputado, na verdade, o próprio poder concedente, que hoje é a Secretaria de Parcerias e Investimentos, na qual o secretário é o Rafael Benini, ele é o poder concedente.

Ele já promoveu a contratação de um instituto, IFC, para montar essa modelagem da nova licitação do transporte intermunicipal, que é uma necessidade, esse processo tem como cronograma final acho que março de 24, o edital é maio de 24 e a assinatura provavelmente, que eu posso até voltar, mas vai depender da conclusão dessa modelagem, que não é fácil, nós temos hoje algumas dificuldades, as empresas estão enfrentando dificuldades.

É uma realidade que tem empresa circulando no Município com dois, três passageiros, chegam a ter empresas que circulam em algumas prefeituras com um passageiro no pico da manhã.

Então existe uma dificuldade e esse grande edital vai primeiro representar esse cenário, nós vamos poder entendê-lo, e aí no momento seguinte vai haver essa junção dessas linhas ou uma nova modelagem dessas linhas, porque isso se faz necessário, o governo tem isso como plano de investimento, foi anunciado pelo próprio secretário Benini que foi contratado o IFC para montar essa modelagem final de trazer o edital do transporte intermunicipal, então isso em 24 deve ser concluído.

O SR. ENIO TATTO - PT - Só completando, a questão da integração com o metrô... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - Está prevista no plano.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Bruno Zambelli, agora com a palavra o deputado Donato. Pois não, Bruno Zambelli.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Eu gostaria de pedir, eu tenho uma comissão agora às 14 horas, e eu gostaria de pedir porque minha pergunta é bem curtinha.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Deputado Donato permite?

O SR. DONATO - PT - Permito, eu também tenho uma comissão às 14, mas se for uma pergunta curta...

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - A minha é bem curtinha.

O SR. DONATO - PT - Está bom.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Até agradecer aos pares a presença de todos na comissão. Deputado Enio, a primeira dúvida do senhor com relação às respostas da Artesp não são só com os parlamentares que fazem oposição ao governo, porque os pares e a base do governo também ficam sem resposta da Artesp.

Eu pessoalmente fiz uma solicitação de uma pergunta para a Artesp, já fiz duas reiteraões e ainda não recebi a resposta, faz só três meses que estou fazendo a pergunta lá. Eu gostaria de saber se isso é constante, se isso é comum porque eu não costumo falar, não costumo cobrar, mas no caso aqui estou achando até um desrespeito com a Alesp.

O SR. MILTON PERSOLI - O senhor me permite, deputado?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Um minuto.

O SR. MILTON PERSOLI - Eu pessoalmente, nesse período agora de janeiro a maio atendi 94 parlamentares. O que acontece, talvez um ofício que o senhor tenha encaminhado nós não fizemos, não tive o prazer de atender o senhor pessoalmente, mas alguns dos nobres deputados aqui tiveram esse atendimento pessoal.

É praxe esse atendimento presencial, isso facilita também, está à disposição, mas independente disso alguns dos seus ofícios podem estar tramitando internamente pelas diretorias, são cinco diretorias, que são diretorias técnicas, podem estar trazendo alguma contribuição técnica para a resposta.

Então isso também pode estar sendo fato desse atraso, coloco todos à disposição, me coloco à disposição, a Artesp à disposição. É obrigação da Artesp, sim, promover o atendimento, nós atendemos prefeitos, depuradores, atendemos principalmente deputados, é nossa obrigação sim, eu faço questão desde o primeiro momento de estabelecer isso como praxe de atendimento a todos os parlamentares.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Só que... vou pedir um aparte, Bruno, infelizmente a Artesp não responde. Pela desenvoltura do órgão, pelo número de funcionários que tem, ela é omissa para com nós parlamentares e para com a sociedade e a população, o usuário da rodovia do nosso estado.

Mais alguma colocação, deputado Bruno?

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Não, agradeço, desculpa, obrigado, deputado Donato.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok. Deputado Donato, com a palavra.

O SR. DONATO - PT - Obrigado, presidente, engenheiro Milton Persoli, obrigado pela presença...

O SR. MILTON PERSOLI - É um prazer.

O SR. DONATO - PT - Já o conheço há bastante tempo, como engenheiro da CT, depois em outros cargos que ocupou na prefeitura de São Paulo, e eu como vereador em vários momentos tive uma relação com o senhor. Sempre respeitosa, mas isso não vai me fazer abrir mão das minhas perguntas aqui, dos meus questionamentos.

São quatro pontos, e eu quero ser objetivo. Bom, a Artesp cuida, uma das questões mais importantes são os reequilíbrios contratuais. Me desculpe se eu talvez faça uma pergunta singela, mas eu estou aqui há três meses, eu preciso aprender, não é?

Em relação aos pedidos de aditivos às concessões das rodovias, ou das próprias renovações das concessões, elas podem vir pela concessionária ou pelo estado, é isso?

O SR. MILTON PERSOLI - Os aditivos contratuais?

O SR. DONATO - PT - É.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim. Eles têm origem em algum fato que não atendeu inicialmente ao contrato.

O SR. DONATO - PT - Os reequilíbrios também?

O SR. MILTON PERSOLI - Os reequilíbrios principalmente. Pode haver um entendimento da concessionária, que é um fato não previsto no contrato ou não trazido pelo contrato, aí é uma realidade que foi colocada na concessão e ela pede o reequilíbrio.

Da mesma forma, o estado pode pedir uma inclusão de alguma obra no contrato, o que também promove um reequilíbrio, aí a favor da concessionária.

O SR. DONATO - PT - Mas em geral o estado não pede reequilíbrio para diminuir o contrato?

O SR. MILTON PERSOLI - Não, ele pede inclusões e pede os aditamentos de contrato...

O SR. DONATO - PT - A Artesp por conta própria pode identificar algum desequilíbrio e solicitar de ofício?

O SR. MILTON PERSOLI - Pode, é obrigação da Artesp fazer isso. Faz parte da atribuição da Artesp essa fiscalização contratual, ela pode identificar um reequilíbrio a favor do estado dentro do contrato e ela pode impor esse reequilíbrio à concessionária.

O SR. DONATO - PT - Talvez o senhor não tenha esse número, mas quantos aditivos foram formalizados nos últimos anos, na gestão do senhor, e quais os objetos? Provavelmente o senhor não tenha aqui de cabeça, mas se o senhor puder me enviar...

O SR. MILTON PERSOLI - Sem dúvida. Os principais reequilíbrios passivos, que nós chamamos de passivos regulatórios, deputado, são passivos trazidos ao longo do contrato, são passivos que foram promovidos pela condição, vamos citar um exemplo, o Covid.

O Covid trouxe aos contratos um passivo, as concessionárias tinham uma previsão de volume contratual, esse volume gera receita e esse volume não atendeu à previsão contratual, então isso gera, a favor da concessionária no entendimento dela um reequilíbrio a seu favor, e aí o estado passa a entender e analisar o contrato para ver se esse reequilíbrio é cabível ou não, estou citando um exemplo que é do Covid, que todas entraram com um pedido em função da queda de receita.

Zerou o volume, zerou a receita, e a obrigação dela continua, independente que tenha um volume muito menor, mas as obrigações delas contratuais permanecem no contrato explícito, foram fiscalizadas e são cobradas durante o contrato. Então, isso é um passivo de reequilíbrio, um passivo que ficou.

O SR. DONATO - PT - Qual foi a postura aqui da Artesp... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - Ela está recalculando, as concessionárias apresentam um valor de quanto seria esse reequilíbrio, aí a Artesp está executando a contraprova, refazendo esses cálculos e apresentando um novo cálculo, e isso está sendo objeto, nós definimos objeto até de uma reunião de diretoria, é uma decisão do conselho, e essa decisão é publicada e o entendimento que prevalece é o da Artesp.

Qual é esse reequilíbrio, quanto é esse reequilíbrio? A fórmula de cálculo desse reequilíbrio é trazida pela Artesp.

O SR. DONATO - PT - O senhor citou um exemplo de um reequilíbrio a favor das concessionárias, que em geral é o que acontece, elas são muito ativas em pedir reequilíbrio para tudo. Garouu, tem um reequilíbrio, teve Covid, tem um reequilíbrio.

O SR. MILTON PERSOLI - Ela pede, mas não é concedido, na verdade.

O SR. DONATO - PT - Eu sei, o senhor é o árbitro,

O SR. MILTON PERSOLI - Na verdade, quem nos ajuda é a PGE, a Procuradoria Geral do Estado que faz essa análise e a maioria dos equilíbrios solicitados pela concessionária não são deferidos, muito pelo contrário, eles são muito confrontados, por isso os processos são demorados, as análises são demoradas. São cálculos muito complexos de enfrentamento desse desequilíbrio.

O SR. DONATO - PT - Entendi. Só para concluir, e os desequilíbrios a favor do estado? Isso que me preocupa um pouco, porque o senhor falou que, caiu a demanda, naturalmente a concessionária vai pedir um reequilíbrio. E se você tiver uma demanda superior? (Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - Também a mesma coisa é válida.

O SR. DONATO - PT - Mas a Artesp age proativamente?

O SR. MILTON PERSOLI - Age, e impede o reequilíbrio a favor da concessionária...

O SR. DONATO - PT - O senhor tem um caso... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - Tem vários casos nesse sentido.

O SR. DONATO - PT - Depois o senhor pode me passar um exemplo, só para eu... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - As decisões de conselho diretor são nesse sentido, a Artesp submete as áreas técnicas e as diretorias técnicas procedem toda essa análise e apontam.

O SR. DONATO - PT - As decisões são tomadas em diretoria?

O SR. MILTON PERSOLI - Não, na reunião de conselho e diretoria.

O SR. DONATO - PT - São publicadas as Atas com as decisões?

O SR. MILTON PERSOLI - Sim, todas. Elas são ordinárias, às quintas-feiras às 14:30.

O SR. DONATO - PT - E são publicadas onde, no site da Artesp?

O SR. MILTON PERSOLI - Site da Artesp e no “Diário Oficial” no dia seguinte.

O SR. DONATO - PT - Então agora vamos ao segundo ponto. Qual é o padrão de obras e manutenção das rodovias em valores? O ano passado, por exemplo, quanto foi investido em obras nas rodovias concessionadas?

O SR. MILTON PERSOLI - Depende do contrato, tem obras que são obrigações contratuais da concessionária executar, e tem um valor, e tem obras não-contratuais, que

são as inclusões, e tem obras emergenciais, então são três tipos de obras que perfazem um contrato.

O SR. DONATO - PT - Eu vi no site da Artesp que, no ano passado, foram investidos em 98 obras 4,4 milhões, está no site da Artesp.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim, eu posso reconsultar isso, mas são publicados esses valores.

O SR. DONATO - PT - Para esse ano, qual é a previsão?

O SR. MILTON PERSOLI - Eu não tenho essa informação aqui, eu posso levantar, já tenho todas as previsões contratuais das obras que estão sendo executadas e serão executadas no exercício de 23, e isso tem um valor.

Me parece que está... nesse relatório tem de 22, eu tenho o de 23, já transmito à comissão.

O SR. DONATO - PT - Por favor, é que me parece que 22 foi um valor atípico, em um ano eleitoral parece que existiram muitas obras das concessionárias, e eu não sei se isso foi motivado pela Artesp ou se a Artesp fez parte do esforço de governo para ter bastante obra, e se o padrão vai se repetir esse ano.

O SR. MILTON PERSOLI - Não, não teve nenhum esforço do governo, é lógico que nós tivemos alguns enfrentamentos de alguns acordos contratuais de passivos bilionários, preciso deixar claro, esses precisam ser estancados, senão esse passivo corre um equilíbrio sempre do contratual que é uma TIR e mais um índice.

Então, quando você faz o enfrentamento desse passivo você estanca essa correção porque ela é diária então isso precisa ser enfrentado, e o governo paga essas correções em obras, em prazo, e a concessionária em obras, então essa é a troca que é trazida em um contrato.

O SR. DONATO - PT - Bom, indo para a questão aqui da imigrantes e da TIR, em 2021 foi formalizado aditivo com a Ecovias.

O SR. MILTON PERSOLI - Esse acordo.

O SR. DONATO - PT - Que ampliou o prazo por quantos anos?

O SR. MILTON PERSOLI - Foi até 38.

O SR. DONATO - PT - Mais 15, 17 anos?

O SR. MILTON PERSOLI - Eu não me recordo, foi feito um aditivo nesse TAM, que foi o acordo com o grupo CCR e o grupo Ecovias.

O SR. DONATO - PT - Não teria que ter sido licitado novamente depois de...
(Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - Não, é dentro do contrato. É uma cláusula contratual, é prevista contratualmente a análise desse requerimento.

O SR. DONATO - PT - A concessão era de quanto, 30 anos?

O SR. MILTON PERSOLI - 30 anos. Ela sofreu acho que dois reajustes, ela aumentou um pouquinho, eu posso levantar esse prazo, eu não tinha essa informação, mas...

O SR. DONATO - PT - Mas na negociação, além da ampliação de prazos, novos investimentos, a TIR, a Taxa Interna de Retorno, caiu de 20.6 para 8.2.

O SR. MILTON PERSOLI - Faz parte do acordo.

O SR. DONATO - PT - Então, mas para mim é escandaloso ter uma TIR de 20.6 durante tanto tempo.

O SR. MILTON PERSOLI - Que foi uma base contratual no início do contrato.

O SR. DONATO - PT - Eu sei, no início do contrato, mas ela é escandalosa, porque aliás quem foi sabatinado aqui para ser diretor da Artesp, me fogue o nome, falou que a média da TIR é de 8 a 10% em contratos desse tipo.

O SR. MILTON PERSOLI - Agora é.

O SR. DONATO - PT - Mas há bastante tempo é, não é agora.

O SR. MILTON PERSOLI - Os contratos iniciais foram 20... os primeiros contratos das primeiras concessões, as TIR eram de 20, 18, de 18 a 22 por cento.

O SR. DONATO - PT - Isso não leva a um reequilíbrio a favor do governo?

O SR. MILTON PERSOLI - Depende do contrato. Quando nós fizemos esse acordo...

O SR. DONATO - PT - Tirando a parte técnica, os caras ganharam muito dinheiro com uma TIR desse tamanho, uma taxa desse tamanho. Quando você faz o aditivo, você fala “Você já ganhou muito, nessa parte aqui você vai ganhar bem menos e vai ter que fazer mais coisas.”

O SR. MILTON PERSOLI - Foi trazido isso nesse acordo, a base do acordo foi essa, redução da TIR...

O SR. DONATO - PT - Agora para o usuário isso não refletiu em nada, porque o pedágio continua 33 reais na imigrantes, se não me engano. Não era possível impactar no pedágio para o usuário?

O SR. MILTON PERSOLI - Poderia ser trazido um acordo pelo governo com uma redução de pedágio, optou-se por inclusão de obras.

O SR. DONATO - PT - Então o governo não quis reduzir pedágio?

O SR. MILTON PERSOLI - Naquele momento do contrato não.

O SR. DONATO - PT - E é possível rediscutir um aditivo à redução... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - Sem dúvida, sempre é possível.

O SR. DONATO - PT - À redução do pedágio em função de um outro reequilíbrio?

O SR. MILTON PERSOLI - Sim.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Esse governo não é o atual, é o anterior.

O SR. DONATO - PT - Eu sei de qual governo eu estou falando, eu falei de 2021, eu sei que o senhor está preocupado em defender o governo Tarcísio aqui, mas eu falei claramente que é de 2021, em 2021 era o Rodrigo... o Doria, era o Doria.

O SR. MILTON PERSOLI - O acordo foi feito com o governador João Doria e o Rodrigo Garcia. Os dois acordos principais de encontros de passivos e reequilíbrios foram feitos durante esse governo, o governo Doria e Rodrigo Garcia

O SR. DONATO - PT - Então o governo Tarcísio se quiser pode baixar o pedágio.

O SR. MILTON PERSOLI - Já está procedendo dessa forma nos novos contratos.

O SR. DONATO - PT - Não, na Imigrantes, nesse contrato aqui.

O SR. MILTON PERSOLI - Precisa ver o entendimento jurídico se é possível. Dentro do contrato...

O SR. DONATO - PT - Não, foi isso que eu perguntei do senhor, se é possível ou não... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - É possível, dentro do contrato se houver uma posição jurídica que é possível reduzir o valor sem contrapartida para a concessão dada é possível, tem que ser estudado.

O SR. DONATO - PT - Como pode se motivar isso? É o Dr. Benini?

O SR. MILTON PERSOLI - É o poder concedente.

O SR. DONATO - PT - Poder concedente é o Rafael Benini, por isso que tem que vir aqui, presidente. O pessoal não quer deixá-lo vir aqui...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pelo Art. nº 52, nós vamos...

O SR. DONATO - PT - Ele virá.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pedir a presença dele.

O SR. DONATO - PT - Tem que vir, ele tem que explicar os pedágios aqui, o que eles vão fazer. Teve outros contatos que tiveram redução de TIR?

O SR. MILTON PERSOLI - Sim, os da Ecovias e da Via Oeste, CCR Via Oeste. Se a AutoBAN... (Vozes sobrepostas.) desse contrato é.

O SR. DONATO - PT - Também era dessa ordem a TIR?

O SR. MILTON PERSOLI - Os primeiros contratos sempre tiveram a base de TIR nessa ordem, que era o contrato que era referência inicial lá, então...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu vou pedir um aparte, e se basearam em que para ter essa TIR de 20%, 22.

O SR. MILTON PERSOLI - A modelagem...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Qual modelagem?

O SR. MILTON PERSOLI - A modelagem técnica que você monta para fazer a concessão, então isso está sendo trazido. Pela modelagem eles fazem uma estimativa de tarifa e uma estimativa de TIR.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Estimativa de tarifa, ok. Mais alguma colocação, deputado Donato?

O SR. DONATO - PT - Só uma última, completando o que o deputado Enio Tatto falou, como foi explicado aqui a Via Ápia ganhou o leilão da concessão do trecho norte do Rodoanel.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim

O SR. DONATO - PT - Ela é uma empresa de investimento, não é uma empresa de engenharia.

O SR. MILTON PERSOLI - É um consórcio, foi um consórcio.

O SR. DONATO - PT - Quem participa do consórcio? Qual a empresa de engenharia?

O SR. MILTON PERSOLI - São três empresas que fazem parte desse consórcio, toda documentação técnica de habilitação dessas empresas para execução da obra e para execução do contrato, sua parte operacional, foram trazidas nessa primeira análise.

O SR. DONATO - PT - O senhor sabe me dizer qual a empresa de engenharia que vai participar?

O SR. MILTON PERSOLI - Não lembro agora deputado, eu infelizmente não posso te falar, não tenho de cabeça.

O SR. DONATO - PT - Se o senhor não lembra não deve ser uma empresa muito conhecida.

O SR. MILTON PERSOLI - Não, eu não sei. A gente trata com a Via Ápia, não com os outros componentes do consórcio, tem a SPE Via Ápia, nós não respondemos pelos outros componentes do consórcio, trabalhamos com a Via Ápia, o CPF da Via Ápia.

O SR. DONATO - PT - A Artesp vai ter um planejamento especial para lidar com essa obra...

O SR. MILTON PERSOLI - Existe um planejamento bastante diferenciado trazido nesse novo edital para acompanhamento da obra do Rodoanel. Tem uma comissão inicial, essa comissão inicial dentro da concessão é indicada por vários membros, não é só o governo do estado, a Artesp, a própria concessão, existe um árbitro que vai designar e vai ser esse árbitro dessa comissão para o enfrentamento...

A concessionária tem seis meses iniciais para apresentar um relatório do que ela viu lá com base no relatório que nós temos, e aí essa comissão define se é procedente ou não e ela tem mais seis meses de prazo e ela inicia a obra em um ano.

O SR. DONATO - PT - Ela inicia a obra em um ano a partir de quando?

O SR. MILTON PERSOLI - Da assinatura do contrato.

O SR. DONATO - PT - Que não assinou ainda.

O SR. MILTON PERSOLI - Já assinou... não, vai assinar agora, perdão, isso. Não assinamos ainda, homologamos o contrato e adjudicamos o vencedor, a assinatura do contrato ainda não foi feita, ela tem um ano, seis meses mais seis meses de análise e apresentação de projetos para iniciar a obra.

O SR. DONATO - PT - Então ela tem um ano para iniciar a obra?

O SR. MILTON PERSOLI - Sim.

O SR. DONATO - PT - E quanto tempo para concluir?

O SR. MILTON PERSOLI - Ela tem seis meses renováveis por mais seis meses, então seria um ano, mas acredita-se que nos primeiros seis meses ela vence todas as dúvidas que ela tem, traz os projetos que ela entende que não são os projetos originais, ela pode trazer uma nova metodologia, aproveitar o que está lá, enfim.

Ela tem seis meses para o diagnóstico final dela para poder apresentar para essa comissão, essa comissão aprova ou ela pode pedir mais seis meses de prorrogação para isso.

O SR. DONATO - PT - E qual o prazo da obra?

O SR. MILTON PERSOLI - Dois anos.

O SR. DONATO - PT - Dois anos, então três anos a partir de junho.

O SR. MILTON PERSOLI - É.

O SR. DONATO - PT - Eu estive em Taipas na segunda-feira, está impossível de andar lá no fim do Rodoanel quando você vira para Perus, para Caieiras...

O SR. MILTON PERSOLI - É o lote um, é onde teve mais problemas. Os lotes cinco e seis já estão concluídos... hoje o Rodoanel tem 88% concluído de obras.

O SR. DONATO - PT - Bom, esse consórcio vai atuar em todos os lotes.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim, é um lote único.

O SR. DONATO - PT - Um lote único. Dois anos mais um ano para começar a obra, três anos...

O SR. MILTON PERSOLI - É, um ano para análise, seis meses prorrogáveis e mais dois anos, até dois anos para construção, porque aí ela passa a operar e o interesse dela é terminar o mais rápido para poder efetivamente...

O SR. DONATO - PT - Só uma última pergunta, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pois não.

O SR. DONATO - PT - O “Estadão” publicou recentemente uma matéria que o custo total da obra saltou de 7,2 bilhões para 12,9 bilhões, alta de 79 por cento. Como se justificam esses valores? Os senhores acompanharam?

O SR. MILTON PERSOLI - Sim, esses valores foram apontados no próprio edital, no próprio leilão. Eu não sei se foi na ordem de 12 bilhões, o edital ofereceu um valor atualizado com base nas tabelas, com base nos levantamos que nós fizemos e o edital apresentou um novo valor da obra.

Essa obra está parada há seis anos, ela tem monitoração, ela vai sofrendo deterioração, ela vai sofrendo necessidades de complementos, e aí você tem o índice nacional de preço de construção civil que é um valor alto, então todos os insumos vai sofrendo esse ajuste. Nós temos inúmeros reajustes que perfazem essa diferença, então isso vem acompanhando, a obra não para...

O SR. DONATO - PT - Não é a Artesp que verifica...

O SR. MILTON PERSOLI - Não, é sempre o governo do estado... a Artesp faz o suporte técnico e a análise técnica, a decisão é sempre poder concedente.

O SR. DONATO - PT - Obrigado presidente, obrigado, Milton.

O SR. MILTON PERSOLI - À disposição.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, quero agradecer aqui a presença do deputado Valdomiro Lopes, membro efetivo desta comissão e também o deputado, nosso amigo, Eduardo Nóbrega. Dando sequência aqui, com a palavra deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. presidente, eu vou tomar a liberdade de projetar algumas coisas...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É porque eu tenho que dar o tempo para quem é membro efetivo da comissão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Dentro dos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Dentro dos cinco minutos?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Dentro dos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Está bem. Eu peço sua compreensão, deputado Barros.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, eu concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Vamos lá.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Se puder projetar... esse foi meu plano de governo quando fui candidato a governador de São Paulo em 1994.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Autopromoção.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Gostaria muito de voltar a esse tempo...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Está bonito, hein?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O povo inteligentemente votou no Covas.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Minha secretária falou “que gato, hein?”

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então, mas eu queria mostrar que nesse plano de governo tem o seguinte item: Rodoanel - implementação de nova via de entorno

da região metropolitana com extensão de aproximadamente 175 quilômetros, interligando dez rodovias e 37 municípios, desviando parte do tráfego rodoviário de carga, tem custo estimado de 1,4 bilhão nos quatro primeiros anos e 600 milhões nos dois primeiros anos.

Muito bem, isso...

O SR. MILTON PERSOLI - Isso quando foi, deputado?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso foi em 1994. Muito bem, a Artesp não havia sido criada ainda, a Artesp foi criada...

O SR. MILTON PERSOLI - Não. Foi em 2002.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em 2002, exatamente. O Covas inteligentemente, quando venceu as eleições, adotou esse plano de governo, que era da minha sugestão, e tentou levar adiante o Rodoanel.

Em 2001, eu era prefeito. Bons tempos... de Itapira, em 2001, e fui convidado pelo Ministério de Desenvolvimento para ir com uma comitiva de prefeitos à China para fomentar desenvolvimento e intercâmbio com a China. Lá, estivemos em Pequim, e 2008 ia haver as olimpíadas, e eles se comprometeram a fazer três Rodoanéis, deputado Enio Tatto, três Rodoanéis. Em 2008, por ocasião das olimpíadas, os três Rodoanéis estavam feitos. O nosso Rodoanel aqui, que começou quando, Dr. Persoli?

O SR. MILTON PERSOLI - Acho que em 98 mesmo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - 98.

O SR. MILTON PERSOLI - É.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não está concluído ainda. Essa é a Artesp. Sem tirar e nem por nada, parabéns, presidente desta Comissão de Transportes, parabéns a todos vocês. É um escândalo o que a Artesp faz.

Quando o Doria mandou para cá a extinção de algumas instituições estatais, eu vibraria se a Artesp estivesse naquele lugar, porque não responde nada a ninguém. Eu

estou aqui para ajudar o governo Tarcísio, sou um deputado que quero fazer o desenvolvimento de São Paulo, da cidade (Inaudível.) eu atuo.

Eu só quis saber da Artesp junto ao presidente da Artesp, ao meu querido amigo e particular amigo a quem eu prezo muito, Milton Persoli, quais as obrigações que em 2002 foram firmadas para a Intervias na época, hoje Arteris, nem sei que nome eles têm, fazer na rodovia 352 no meu município querido de Itapira, ligação com o sul de Minas, e não consegui.

Fui ao Benini, pior ainda. Ele falou “não, mas eu vou mandar para você através da Artesp os contratos que foram feitos, as renovações”, porque eu não consigo saber o que está contratado, o que está feito, qual é a obrigação da concessionária.

Eu só queria mostrar mais duas coisinhas rápidas e encerrar dentro do meu tempo ainda, por favor. Olha o que me mandaram, é um desaforo a um deputado. Me mandaram 650 páginas, aqui é só 10%, mandei o pessoal parar de ler, para eu saber, meu caro Donato, o que é, Paulo, que foi consensuado na renovação do contrato. Renovaram um contrato de 20 anos para 2038! Isso é um escândalo, para dizer o mínimo isso é um escândalo!

E o deputado estadual da região, o mais votado na Baixa Mogiana e na média Mogiana, e o segundo mais votado no Circuito das águas, interessado, não consegue saber o que a concessionária tem que fazer. Essa é a Artesp, uma empresa que não dignifica em nada o estado de São Paulo. Atrasada, superada, arcaica, que despreza o Parlamento de São Paulo.

Então eu vim aqui hoje para esse desabafo e para dizer que eu quero saber. Milton, vocês nos mandaram 600 páginas sem dizer o que foi renovado. Tem mais um, lá tem tudo que foi contratado...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Deputado Barros, isso é praxe, viu?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois é.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Quando eu peço uma informação, vem 18 mil páginas, mas não responde aquilo que foi solicitado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É uma tática.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Isso é praxe. Tática.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Por isso que eu estou dando parabéns a V.Exa., minha última esperança é essa comissão, porque o secretário Benini me fez isso, grande favor que ele me fez para eu saber o que era que a empresa tinha que fazer na minha região, na região que eu represento aqui nesse Parlamento, certo?

Então eu quero dizer, olha o que está lá, o que ela tinha que fazer em 2002 quando foi contratada, está tudo lá. Dá para ler lá? Acho que não dá.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não dá para ler, mas eu tenho aqui. Dava 58 milhões e mais uma duplicação que não estava definido o valor ainda, mas ia para 113 milhões de reais. Hoje simplesmente ninguém sabe, em Itapira e na região, quanto ou o que vai ter que ser feito. O senhor saberia me dizer, meu caro amigo, prezado companheiro Milton Persoli desde a Igreja do Padre Marcelo, o que a Intervias ou a Arteris tem que fazer na SP-352?

O SR. MILTON PERSOLI - Contratualmente e extra contratualmente, eu tenho para passar ao senhor. Hoje aqui eu não tenho, não lembro...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Aliás o senhor não teve dado nenhum para informar a essa comissão o tempo todo, desde que o senhor está aqui, tudo o senhor falou que vai ver.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu assino embaixo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É impressionante. Como?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu assino embaixo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Fantástico. Aliás eu acho que isso é uma unanimidade dentro dos deputados da Assembleia, eu não sei de um que esteja satisfeito

com o compromisso da Artesp, e eu não estou aqui para adular ninguém, para elogiar ninguém, e não estou aqui para criticar desnecessariamente ninguém, eu estou aqui para cumprir meu mandato sagrado, que é o mandato de representar o povo que me elege, que vota em mim.

Eu estou inconformado com esta situação inconcebível da Artesp. Parabéns, muito obrigado, e espero que esta sessão vá permitir que o deputado da região saiba o que a concessionária tem que fazer na 352 nos próximos 26 anos de vida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, deputado Barros Munhoz, obrigado por sua arguição. Quero passar aqui a palavra, dando continuidade devido ao tempo que nós estamos aqui, bem escasso já, ao deputado Bruno Zambelli... já fez a colocação, deputado Paulo Mansur.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Cumprimentar a todos vocês, cumprimentar você, deputado Barros Munhoz, que sempre dá uma aula para nós, cumprimentar os prefeitos aqui também na Mesa, cumprimentar você Milton Persoli.

A gente sabe que você, Milton, tem um currículo, já foi presidente da Dersa, formado na Mackenzie em engenheiro, preside hoje a Artesp e não está lá porque não tem currículo, não é um cargo político e sim você está lá porque tem um currículo.

O SR. MILTON PERSOLI - Obrigado.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Dá para perceber com toda informação que nós pegamos aqui sobre você. Já foi Secretário Executivo, enfim, tem pós-graduação de Trânsito e Transporte na USP, e existe também, como você tem uma parte muito técnica, como dá para ver no seu currículo, existe esse lado político, que eu acho que é importante tentar ver com o pessoal da Artesp para tentar atender ao nosso Parlamento, porque a gente vendo essas reclamações dos parlamentares, como sou da base do Governo do Tarcísio...

O SR. MILTON PERSOLI - Sem dúvida, obrigado.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Peço para a gente tentar articular para ajudá-los, tentar dar as respostas. Eu sou da região de Campinas e lá do litoral paulista também, e a Artesp, a pasta dela também está ali na Anchieta-Imigrantes, na Ecovias.

Tem na descida para a Baixada Santista a “Operação Subida”, e essa Operação faz com que as pessoas da Baixada Santista que estão em São Paulo desçam pela Anchieta, e nessa descida pela Anchieta eles pagam o mesmo pedágio, então não é entregue o serviço pela Ecovias, de você descer pela Imigrantes, e você paga o mesmo pedágio.

Ou seja, você fica ali com diversos caminhões ao seu redor, radar com uma velocidade baixa, o trecho é complicado de se descer, então tem uma série de coisas. O trânsito é maior, então o usuário acaba pagando a mesma coisa e não tendo o serviço.

Eu gostaria de saber se existe uma possibilidade de nós termos um desconto no domingo nessa Operação Subida para as pessoas que moram na Baixada Santista, para adequar esse valor?

Existem alguns pedágios que fazem isso, pessoas que moram em Indaiatuba não pagam pedágio, para quem está lá pagam menos, existem algumas modalidades assim dentro do pedágio, então gostaria de saber se existe, se podemos de repente ir a fundo nesse tema, porque as pessoas lá da Baixada Santista têm esse sofrimento, porque ficam lá seis meses do verão e o ano todo, quando faz sol, todo mundo, todo paulista desce para a Baixada, e aí tem a “Operação Subida” e os santistas sofrem com isso.

O SR. MILTON PERSOLI - Perfeito, deputado, obrigado. O contrato trata como um sistema, não trata individualmente como Rodovia dos Imigrantes e Rodovia Anchieta, ele trata o sistema Anchieta-imigrantes, então essa transição de pista, de rodovia, é previsto no contrato que ele seja trabalhado como um sistema e não individualmente cada rodovia.

Então quando se têm essas operações de descida e também o inverso, a mesma coisa acontece para quem usa a Anchieta e pode estar sendo beneficiado quando ela usa a Imigrantes, ela tem um benefício maior em termos de qualidade de subida, de quantidade de faixas, mas o pedágio é o mesmo valor.

O que o senhor está se referindo é para que nesses momentos haja uma diferenciação de pedágio. No contrato não está previsto, pode ser modificado sim, pode ser trabalhado sim, desde que se estudado e aí trazido essa compensação.

Nós estamos recebendo alguns pedidos de projetos de lei que trazem algumas situações análogas a isso como compensação. Hoje os contratos preveem alguns

descontos para essa tarifa, para quem usa um tag, você tem um desconto de 5% nos contratos novos. Os contratos antigos não tinham essa flexibilidade, o que está sendo trazido pelos novos contratos...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu vou pedir para você ser específico na pergunta dele.

O SR. MILTON PERSOLI - É possível sim.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Então depois eu acho que é importante nós estendermos essa conversa...

O SR. MILTON PERSOLI - Lógico, por favor.

O SR. PAULO MANSUR - PL - É uma conversa importante porque o pessoal da Baixada Santista tem essa demanda, e só mais uma pergunta, tem também nas rodovias, inclusive quando a gente desce lá para a Baixada Santista, a falta de sinal de celular.

Não sei se é viável conversar para nós falarmos com as operadoras...

O SR. MILTON PERSOLI - Cobertura? Sim, é importantíssimo isso.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Falar com as operadoras de telefone, porque tem uns pontos cegos... você vai para os Estados Unidos, por exemplo, você anda de carro lá nas avenidas, nas rodovias, você não tem esse problema. Lá pega o celular, você vai de Los Angeles para Las Vegas, o telefone funciona o tempo todo.

O SR. MILTON PERSOLI - Quilômetro 40 da Anchieta nós não temos, onde tem a operação tem uma dificuldade, nós já oficiamos as operadoras para que elas possibilitem uma melhora. Eu, particularmente, quando fazemos operação de fiscalização, é feito no km 40 da Anchieta, que não tem sinal.

O SR. PAULO MANSUR - PL - É importante. Só isso, presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, obrigado deputado Paulo Mansur. Dando sequência, com a palavra, deputado Oseias de Madureira.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Eu quero cumprimentar o Sr. Milton, e eu gostaria que, Sr. Presidente, sobre os aeroportos regionais.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Foram concedidos à iniciativa privada recentemente, em 2022, em dois blocos, o bloco do aeroporto de Ribeirão Preto e demais aeroportos e o outro bloco do aeroporto de São José do Rio Preto e demais aeroportos.

A Artesp, sim, é a agência que regula o contrato dessa concessão dos aeroportos regionais. A primeira questão é: como estão os investimentos que são necessários e obrigatórios no contrato dessas concessões? E já complementando, qual é a diretoria hoje da Artesp que cuida de parte dos aeroportos, porque até então nós não sabemos qual é essa diretoria, considerando que não há uma estrutura da Artesp e uma diretoria para esses assuntos que são aeroviários.

Há uma previsão de se criar essa diretoria específica para cuidar da parte dos aeroportos? Sendo que nesses dois últimos blocos foram cerca de 22 aeroportos concedidos, mais os cinco que haviam sido concedidos em 2017, no entanto são 27 aeroportos no total, uma quantidade grande de aeroportos.

Uma questão dessa diretoria aeroviária e dentro das atuações das agências, que é uma das maiores atuações da Artesp e na concessão das estradas, a pergunta que eu faço, e isso geriria se a volta do senhor aqui seria interessante, Sr. Presidente, para que nossas dúvidas sejam esclarecidas, uma vez que a gente sai daqui sem que algumas perguntas sejam de fato respondidas, eu acho que convidá-lo, convocá-lo novamente para que nossas perguntas sejam esclarecidas.

Uma outra pergunta e termino aqui: há algum pedido de reequilíbrio financeiro no contrato em andamento por parte de algumas das concessionárias das três concessões dos aeroportos? Se sim, quais são os detalhes, qual é a visão da Artesp sobre tudo isso? Um exemplo, há um pouco mais de um ano, a última concessão realizada, em muito pouco tempo se requereu um reequilíbrio financeiro, nem começou direito a concessão e já querem reequilíbrio.

Se for esse o caso, quais são as últimas concessões? O fato é, eu acho que muitos aeroportos regionais existem, precisam ser cuidados e alguns deles, nós chegamos no próprio aeroporto e sequer há um sabonete para lavarmos a mão e poder ali estar fazendo higiene tão pessoal e tão necessária. Minha pergunta se cabe nesse momento a fim de que possamos esclarecer essas dificuldades encontradas nos aeroportos regionais. Muito Obrigado.

O SR. MILTON PERSOLI - Obrigado, deputado. Realmente nós temos 27 aeroportos sob concessão, a primeira concessão foi feita em 2017 pela VOA-SP, ela ganhou os cinco primeiros aeroportos e aí o estado promoveu uma nova licitação para duas novas concessões de onze aeroportos cada um.

A VOA-SP Noroeste ganhou uma concessão e a SP-Socicam ganhou a segunda concessão. O plano-geral de investimentos que é contratual vai se iniciar agora em novembro de 2023, até então o contrato inicial previa um plano de uma provação para eliminar de todos os planos operacionais e cabe aqui lembrar que essa matéria era do Daesp, era um Departamento Aeroviário do estado de São Paulo que cuidava dos aeroportos.

Esse departamento foi extinto e aí essa função foi trazida para a Artesp, então a Artesp não tem essa expertise de aeroportos, nós estamos adquirindo essa expertise, estamos estudando-a e os contratos de concessão têm algumas regras que são iguais com rodovia, mas tem outras especificidades nos contratos de concessão de aeroportos que são diferentes das rodovias, é óbvio.

Então isso está sendo estudado, nós temos exatamente isso: nós não temos uma diretoria direcionada especificamente a aeroportos, a diretoria...

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Permita-me interrompê-lo, mas existe hoje, pelo menos se pensa em formar uma diretoria para...

O SR. MILTON PERSOLI - Qualquer alteração de diretoria tem que passar por uma lei, alteração de número de diretorias tem que passar por uma lei. Por não ter essa possibilidade e não ter como alocar isso, nós dividimos essas responsabilidades entre as diretorias.

Hoje a principal atribuição da DGR, que é a diretoria-geral da qual eu faço parte é onde está atribuída à condição inicial da responsabilidade sobre os aeroportos, então a

hora que o senhor me perguntou, a responsabilidade hoje é atribuída à DGR, e ela compartilha suas responsabilidades regimentais com as outras diretorias:

Diretoria de Operações, Diretoria de Investimentos, Diretoria de Controle Econômico, que cuida dos contratos, Diretoria de Assuntos Institucionais, e cada um tem sua parcela de contribuição, fiscalização e atribuição perante o contrato de concessões.

Então ela está diluída, não tem uma diretoria específica de aeroportos, porque nós precisaríamos criar uma diretoria, e não tem previsão de lei para isso. Teria que tirar uma diretoria para poder criar uma específica de aeroportos, então hoje nós estamos assumindo essa função que era do Daesp e aí nós estamos buscando esse entendimento.

Está em um processo bastante adiantado, nós já aprovamos os PTOs, que são os Planos de Transferência Operacional. O contrato prevê três momentos, esses dois primeiros já foram vencidos, agora o terceiro já é o Plano Geral de Investimentos que o senhor colocou, que é obrigação contratual delas executarem esses investimentos.

Então agora nós vamos ter um reajuste que é obrigatório, reajuste tarifário é contratual, então foi solicitado por ela, nós estamos analisando os valores, elas apresentam um valor de reajuste para as tarifas aeroportuárias, não as da Anac mas do contrato e aí nós estamos analisando o valor que é cabível a esse reajuste.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Ok, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mais alguma colocação, deputado Oseias? Com a palavra agora por cinco minutos... perdão, o deputado Valdomiro Lopes, que é membro efetivo desta comissão.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Obrigado, Sr. Presidente, pedir desculpas pelo meu atraso, diz-se que “político que atrasa não adianta”, mas adianta, vou mostrar sim o porquê, porque tem algumas colocações que preciso fazer aqui e preciso colocar as coisas em seus devidos lugares.

Primeiro, dizer a meu grande amigo e irmão Donato que minha interferência naquele momento não foi para defender o governo Tarcísio, foi para fazer justiça com o governador Tarcísio, é diferente porque se tratavam de ações e na verdade reajustes que foram antes da entrada do governador Tarcísio no governo, e é preciso que isso fique bem esclarecido não só para mim que sou membro dessa comissão, mas para as pessoas em geral.

Primeiro eu quero saudar o Dr. Milton Persoli que está aqui, diretor-geral da Artesp e começar já fazendo uma observação, que esse desagrado dos deputados da Assembleia de São Paulo é generalizado.

Eu pessoalmente não tenho o que reclamar porque nada questionei ainda, então nada a mim foi respondido por conta de eu não ter questionado, mas eu vejo que principalmente os deputados que já tinham mandatos anteriormente se queixam muito da Artesp.

Eu já fui presidente desta Comissão de Transportes quando fui deputado lá atrás, e foi exatamente na minha gestão como presidente que nós criamos as duas vagas de representantes da Assembleia de São Paulo lá no conselho da Artesp, e desta vez quem são os indicados? Eu e o deputado...

O SR. MILTON PERSOLI - Conselho consultivo, isso.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Do conselho, tudo bem que é consultivo, mas ele é consultivo ligado a esta comissão, Dr. Milton.

O SR. MILTON PERSOLI - Sem dúvida.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Que aqui nós podemos deliberar e trazer para cá, até hoje não foi, presidente, convocada nenhuma reunião, pelo menos que eu tivesse sido convocado... você foi para alguma ou não?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Vamos arguir aqui, houve alguma reunião do conselho e não foi convocado?

O SR. MILTON PERSOLI - Não. Não porque nós estamos aguardando a indicação dos membros dessa Casa.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mas isso já foi feito.

O SR. MILTON PERSOLI - Já foi feito no mês passado e a gente está promovendo a próxima reunião agora, é dia 30, eu acho.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Bom, outra coisa é o seguinte, me deixou extremamente preocupado a pergunta feita pelo deputado sobre a questão de não haver nenhuma diretoria especializada na questão dos aeroportos. O que me deixou preocupado: quem extinguiu o Daesp foi o governo anterior, e passou esta incumbência para a Artesp, e o senhor relata aqui que está adquirindo experiência.

Veja bem, isso é muito grave, isso é grave e deve ser levado inclusive ao governador Tarcísio, porque é ele quem está respondendo agora pelo governo do estado. Adquirindo experiência, então não deveria ter sido extinto o Daesp enquanto a Artesp não se sentisse aparelhada, não é isso, Tatto? Para que assumisse essas funções.

Bom, isso é uma observação, mas eu quero dizer aqui uma coisa que eu tenho sido muito cobrado pela minha região, eu sou de São José do Rio Preto, e a EcoNoroeste assumiu agora a SP-310 que está em péssimas condições. Substituiu a Triângulo do Sol e essa agora é recente, essa espero que o senhor tenha informação para mim aqui.

Quanto tempo vamos esperar para que a estrada seja recomposta, seja recapeada e que possa compensar as pessoas que usam e pagam esse pedágio caro que tem a SP-310 porque se mostrar minhas redes sociais, todos os dias eu recebo questionamentos como deputado, o porquê das péssimas condições dessa estrada.

O SR. MILTON PERSOLI - Perfeito, deputado. Com relação à primeira colocação do senhor dos aeroportos, cada diretoria tem sua especificidade e está trazendo essa especificidade e competência para dentro da atividade de aeroportos.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Mas se não tem a diretoria...

O SR. MILTON PERSOLI - Não há necessidade nesse momento de ter uma diretoria específica, cada diretoria...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Seja objetivo, Milton, por favor.

O SR. MILTON PERSOLI - Não, cada diretoria tem sua competência dentro do contrato, a Diretoria de Investimentos que vai cuidar de investimentos de obras que vão ser trazidas para os aeroportos vai estar responsável por isso, a Diretoria de Operações

vai estar responsável pela operação, não do aeroporto em si, mas da infraestrutura do aeroporto, a operação do aeroporto é pela Anac.

Quem faz a parte de legislação de voo, tudo isso, não somos nós. O contrato reza sobre operação do aeroporto, infraestrutura do aeroporto e cabe à Artesp fazer a fiscalização, e cada diretoria já tem essa atribuição trazida.

Com relação à EcoNoroeste, o plano geral de investimentos de pavimentação começa em outubro.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Então nós vamos ter que esperar até outubro para...

O SR. MILTON PERSOLI - Nós estamos em julho já, é o plano geral de investimentos dela, está previsto o início de começar todo o trabalho de troca de pavimento, recuperação de pavimento em outubro, que eu lembro. A data não sei se é 16 de outubro, eu tenho... mas é em outubro.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Já estão recebendo o valor dos pedágios.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim, ele tem a obrigação dele.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mas não estão fazendo a conserva (Vozes sobrepostas.)

O SR. MILTON PERSOLI - Estão, o que o deputado falou é dessa troca geral do pavimento, a conservação está sendo feita imediata.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - De forma precária e péssima, é péssima. Precisa que a Artesp entre imediatamente nisso porque tem buraco para tudo quanto é lado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Registra para mim, eu quero um relatório das fiscalizações que tiveram nos últimos dois meses. Pode continuar, desculpa.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Na SP-310.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - SP-310.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Acho que nos últimos 30 dias, Sr. Presidente, por conta da EcoNoroeste ter entrado lá.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, muito obrigado pelas suas colocações...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Presidente, vou pedir licença, vou ter que me retirar por um outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sem problema nenhum.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Mais uma vez cumprimentar V.Exa., cumprimentar todos os membros desta comissão, que realmente... e ponho fé sim no nosso governador Tarcísio...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sem dúvida nenhuma.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Acho que temos que fazer justiça com quem tem justiça, quem merece justiça, porque ele tem se mostrado uma pessoa muito séria naquilo que tem feito em São Paulo, muito obrigado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Peço licença também, presidente e agradeço a gentileza. Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Agradeço aos dois parlamentares que estão saindo, quero registrar aqui que o deputado Barros Munhoz falou com propriedade, maestria e sabedoria as colocações que foram feitas aqui por V.Exa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Quem solicitou aí?

O SR. - Acho que o Oseias.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pois não, deputado Oseias.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Eu também tenho uma nova comissão agora Sr. Presidente, tentarei ficar o máximo possível, mas se eu me retirar eu peço ao senhor...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É compreensível sem dúvida nenhuma, e depois nós vamos fazer aqui a arguição com as demandas dos prefeitos, e os deputados que puderem participar serão de grande valia para nós. Com a palavra, deputado Eduardo Nóbrega.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Cumprimento o presidente desta comissão, um grande amigo, Ricardo Madalena, saudar todos os demais membros, saudar o secretário de governo da cidade de Taboão da Serra que está presente aqui nesta comissão, nosso professor de política na região, obrigado Mário.

Cumprimentar o Sr. Milton, secretário executivo da Artesp. Tenho uma atuação, primeiro mandato como deputado, bem focado na região Conisud, Taboão, Embu, Itapecerica, São Lourenço, Juquitiba, Embu-guaçu, Vargem Grande e Cotia, e nós temos algumas demandas muito pontuais e a mobilidade virou tema premente para nossa população.

Uma delas já foi colocada pelo querido amigo Enio Tatto, que é a questão da integração do ônibus-metrô. Metrô chegou até a Vila Sônia e nossa população está tendo

que pagar duas conduções no mínimo para chegar até o destino, o que fazia com apenas uma condução.

Mas, o que me faz perguntar nesse momento é com relação à alça de acesso ao Rodoanel, duas alças específicas, uma na cidade Embu-Guaçu e outra na cidade de Itapecerica.

O deputado Milton já vem trabalhando muito nesse tema, faço justiça aqui à sua luta, eu já acompanhava desde a época em que eu era vereador, e agora com o mandato de deputado faço questão de aderir também à essa bandeira.

Chega a ser um absurdo um munícipe de Itapecerica da Serra ter que sair da sua cidade, andar por mais ou menos 30 minutos, pegar a BR-116 que o Madalena conhece tão bem, que hoje não tem como transitar naquela localidade e depois passar novamente, ter acesso à Rodoanel e passar por cima de sua casa, sendo que ele poderia fazer com uma alça ali no próprio local.

O SR. MILTON PERSOLI - Sem dúvida.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - É uma demanda, a população daquela região espera essa decisão do governador Tarcísio e eu queria saber se já existe essa tratativa, se há projeto, se isso vai ser iniciado, como que está a questão das alças de acesso ao Rodoanel. Obrigado senhor.

O SR. MILTON PERSOLI - É pleito antigo, um pleito que também nós tomamos conhecimento, fizemos várias reuniões, vistorias lá, já está aprovado. Está na fase da SPMar, que vai desenvolver um projeto funcional inicialmente, trazer os primeiros estudos então ficou destinado a ela e ordenado a ela para começar a executar esses estudos de tráfego nessa contribuição, e trazer o projeto funcional.

A decisão já foi tomada, serão abertas essas alças, então agora é a fase de implementação, de estudos, projetos para que ela seja trazida para concessionária SPMar.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - E nós podemos ter uma ideia de como que isso...

O SR. MILTON PERSOLI - De prazo?

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - De prazo, como é que vai acontecer?

O SR. MILTON PERSOLI - Olha, ela está sendo oficiada já para a segunda fase, que é a apresentação do projeto funcional. Ela já foi oficiada, já vai trazer o projeto funcional dessas duas alças para a Artesp, para uma primeira análise.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sr. Presidente, V.Exa., que pese ter uma atuação em outra região do estado, mas é muito próximo de toda a região, e o povo da nossa região gosta muito de Vossa Excelência. Poderia aqui então, já que não sou membro desta comissão, fazer um pedido.

Mais uma vez um pedido de socorro à V.Exa. para que esses estudos possam ser encaminhados a essa comissão e que nós possamos depois encaminhar aos prefeitos da região.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sem dúvida, já está sendo anotado pela secretaria e nós vamos oficializar à Artesp e municiar V.Exa. deste material após vir a resposta. Tomara que não sejam 18 mil folhas para dizer um trechinho de um parágrafo.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Srs. Prefeitos, eu gostaria que se sentassem mais próximos aqui para nós continuarmos nossa audiência na qual nós vamos discutir aqui pontualmente os problemas que nós estamos enfrentando, que está sobre jurisdição da Artesp.

Nós temos aqui, ando andamento, temos uma demanda de Itararé e nós temos a demanda também aqui de Santa Cruz do Rio Pardo na qual V.Exa., Sr. Milton Persoli, foi convocado.

O senhor esteve aqui no ano passado, onde foi arguido por esta comissão para dar um parecer que já vem há anos sendo discutido na Artesp, e o senhor falou que em janeiro estaria tudo resolvido, depois de vários anos, que é a rodovia Plácido Lorenzetti, que é para passar para o município, ficar sobre a jurisdição do município, um pedido na qual o prefeito municipal está aqui hoje, vou passar a palavra para ele antes de sua resposta.

E também a marginal sentido leste da SP-327, rodovia Orlando Quagliato, que era para ser executado em uma permuta na rodovia 225, que também não se findou até o momento. Eu gostaria de passar a palavra para o prefeito, se quiser fazer mais alguma colocação, e depois para obtermos a resposta do diretor-geral.

O SR. DIEGO SINGOLANI - Bom dia a todos...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com a palavra, nosso prefeito Diego Singolani que é lá da minha querida Santa Cruz do Rio Pardo.

O SR. DIEGO SINGOLANI - Boa tarde a todos, boa tarde Milton, boa tarde presidente Ricardo Madalena, novamente muito obrigado por todo o apoio que tem nos dado, a todos os municípios para uma melhor gestão dos nossos municípios.

Pois é, são duas demandas que tramitam em Santa Cruz do Rio Pardo já há vários anos, uma seria uma alça de acesso da rodovia Orlando Quagliato para com o distrito industrial, demanda muito antiga que vem sido discutida, foi rediscutida em 2021, reiterada várias vezes através do deputado, via Artesp também e até agora sem uma conclusão, sem um resultado.

A segunda demanda e não menos importante é a urbanização da Plácido Lorenzetti deputado, o senhor é de Santa Cruz do Rio Pardo, o senhor conhece a realidade e a necessidade.

Essa rodovia já está dentro do perímetro urbano, com vários loteamentos, escolas, com necessidade de infraestrutura, de drenagens e tudo aquilo que é necessário para essa organização, a prefeitura se colocou à disposição da Artesp, nós iríamos custear toda essa urbanização, iluminação ciclovia, enfim, melhorar toda a infraestrutura de mobilidade urbana da entrada da cidade, e também desde 2021 aguardamos uma posição da Artesp, do governo e até agora não conseguimos nenhum resultado sobre isso.

E pasmem, nós prefeitos de primeiro mandato, aproveitando a oportunidade, já vivemos a dificuldade da pandemia, que nos assolou um ano e meio de governo, agora com a transição do governo, então começamos a negociar em 2021. 2023, junho, nada de resposta.

Quando teremos resposta, quando acontecerá essa movimentação da Artesp para conosco, que sem pedir recursos estamos com dificuldades de ser atendidos, imagina aquilo que se necessitar de recursos? Então precisamos desse apoio, dessa presença,

dessas simples autorizações para que possamos melhorar tanto na questão do distrito industrial o escoamento da produção econômica do município, quanto dentro da mobilidade urbana, no caso da Plácido Lorenzetti.

Melhorar ali a segurança e a mobilidade urbana do município, então peço esse apelo ao Sr. Presidente para que conduza, através do seu trabalho brilhante na Assembleia frente a essa comissão, para que possa colaborar junto conosco na consecução dessas duas obras, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sem dúvida nenhuma, haja visto que é a cidade onde nós residimos, e nós temos a prioridade, junto com as demais demandas que aqui hoje vamos tratar, de obter uma resposta que seja fidedigna, porque vem aqui, fala, fica ao vento e depois não acontece, infelizmente.

Eu acho que essa omissão por parte da Artesp, muito bem colocada aqui pelo deputado Barros Munhoz, tem que acabar ou trocar as peças fundamentais. Com a palavra, o Sr. Diretor-geral Milton Persoli.

O SR. MILTON PERSOLI - Prefeito, boa tarde. Com relação ao seu primeiro pedido da alça de acesso, ela já está autorizada, agora está no processo de implementação disso dentro do contrato. É uma alça não prevista no contrato inicial da concessionária, então é uma inclusão de uma obra, essa inclusão tem que ser trazida para dentro do contrato, e ela é o que está sendo executado agora.

Toda a instrumentação dessa alça, projetos, cálculos, estudos de tráfego, trazem um valor, trazem um implemento que vai ser trazido para o contrato para um aditamento desse contrato, e aí o poder concedente autoriza essa inclusão, então o projeto já está autorizado, agora se tem todo esse trâmite que é necessário nós não conseguimos não cumprir esse trâmite, então é necessário porque é uma inclusão ao contrato existente, não é uma cláusula contratual obrigatória da concessionária.

É uma inclusão, e essa inclusão passa por todos esses trâmites de aprovação para que ela possa ser trazida numa decisão final do poder concedente, que é o secretário Benini para que autorize essa inclusão e a concessionária execute essa obra.

Com relação ao seu pedido de municipalização, ele foi endereçado ao DR. O DR ficou com essa incumbência. Na oportunidade que nós fomos visitados pelo próprio deputado na Artesp nós orientamos... acho que o senhor estava presente, não, acho que era o prefeito anterior que estava presente...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Não.

O SR. MILTON PERSOLI - O senhor estava presente, então.

O SR. DIEGO SINGOLANI - Fui eu mesmo.

O SR. MILTON PERSOLI - Nós fizemos essa reunião, foi orientado para que fosse feito para a prefeitura, o senhor fez esse ofício, o DR, não sei qual é o motivo, depois podemos trazer essa informação, porque o DR não cumpriu o prazo de resposta ao seu ofício.

Essa resposta foi trazida agora, dia 12 de junho, não sei se o senhor recebeu esse Ofício do DR citando as obrigações que têm que ser trazidas pela prefeitura para que essa municipalização seja possível. Essa municipalização só é possível com autorização do DR, não é da Artesp.

Existe uma dificuldade, talvez de interpretação e talvez por falta de orientação e informação nossa de que a Artesp seria responsável, não, a Artesp não é responsável. A Artesp fiscaliza, orienta, registra e administra o contrato. Autorização é do poder concedente, é do DR, o nobre deputado...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mas na verdade está na concessão aquele trecho.

O SR. MILTON PERSOLI - Então, mas mesmo para que haja essa municipalização, seja extraído dessa concessão esse trecho municipal, tem que haver a concordância do DR, e o DR exige uma série de documentos que eu me comprometo pessoalmente com o senhor a enfrentar essa necessidade que o DR está trazendo.

O deputado está de posse do ofício do DR, eu conversei com o senhor, fizemos a interlocução pessoal com o DR para que o DR tivesse essa agilidade, isso está desde 22 com o DR.

O SR. DIEGO SINGOLANI - Só uma colocação, se me permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pois não.

O SR. DIEGO SINGOLANI - Eu me lembro bem da reunião que nós fizemos na Artesp, e a única certeza que eu tive nessa reunião que está acontecendo hoje foi quando o senhor me disse que duraria dois anos e meio mais ou menos para conseguir uma documentação e aprovação dessas duas obras.

Infelizmente, presidente, dois anos e meio se passaram de fato e até agora estamos na mesma conversa da primeira reunião àquilo que compete ao município. O senhor é prova testemunhal, ocular, física, dentro do nosso município e sabedor de toda demanda, então isso realmente atravança.

Então espero que a partir dessa reunião nós consigamos esse objetivo. Muito obrigado, fica aí registrado também um pouco de indignação por parte de nós prefeitos para com a tramitação tanto da alça de acesso quanto da urbanização da Plácido Lorenzetti, então muito obrigado pela explicação.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu não tenho dúvida nenhuma da sua indignação, porque ano passado ele falou que até janeiro tudo estava resolvido, e nós já estamos depois de seis meses que tudo seria resolvido com relação à marginal da Orlando Quagliato e até agora nada aconteceu.

Para o município ser um ordenador de despesa para passar um trecho que está correndo risco à nossa população e a gente não consegue uma autorização é lamentável, não tem outra palavra para falar aqui, que é lamentável a atitude dos órgãos que são responsáveis, no caso agora que nós estamos sabendo que é o DR, que nós fizemos uma reunião há quase dois anos e agora vem falar que faz dez dias que o DR fala “ah não, está aqui”, que mandou uma circular.

Infelizmente. Espero uma ombridade maior da sua parte, senhor Milton Persoli, para que esse caso seja resolvido e não caia no esquecimento novamente, porque se couber alguma ação, alguma representação contra sua pessoa, será feito se não tomar providência, esteja ciente do que eu estou dizendo.

Com a palavra agora, nós vamos passar ao prefeito de Itararé, que tem um trecho urbano na SP-258 na qual o ano passado foi lançada a pedra fundamental e foi feito ali acho que um TAM, não sei se foi feito um...

O SR. - Foi um TAM.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Um acerto de conduta com a concessionária CCR para que realmente executasse essa obra tão sonhada, tão esperada e tão necessária para a população de Itararé e toda a região. Com certeza o prefeito Heliton vai falar aqui com mais propriedade, com a palavra, prefeito Heliton de Itararé.

O SR. HELITON DO VALLE - Boa tarde presidente, boa tarde Dr. Milton, demais prefeitos presentes aqui nessa comissão, agradecer essa oportunidade, logicamente, deputado Ricardo Madalena, estou falando como prefeito da minha cidade, Sr. Milton e também como presidente do Condensul, que compõe 17 prefeitos.

A primeira demanda o deputado já citou aqui então eu vou antecipar, que é a dúvida com relação a essa questão do trecho urbano de Itararé da SP-258, que é do km 338-110 ao 339-150, muitos podem achar aqui que é um trecho muito curto, mas é a construção de um dispositivo, e essa obra está pronta, esse projeto, desde 2016, quando eu estava na transição para assumir meu primeiro mandato.

Nós tivemos diversas reuniões com a CCR, depois esse projeto foi atualizado e inclusive realmente foi lançado pelo ex-governador como uma certeza de uma obra que se iniciaria aí no início do mês de maio, mais tardar mês de julho, o governador em exercício ficou acertado, foi toda a equipe gestora da CCR, foi um grande evento. Tinha inclusive até acho que nove ou dez parlamentares presentes, inclusive o deputado Ricardo, e essa obra acabou que não aconteceu.

Acredito que o Sr. Milton tenha aí uma resposta mais atual, o governador está ciente dessa necessidade da construção dessa obra? Porque na verdade esse dispositivo irá contemplar a duplicação da SP-258, que torcemos muito para que aconteça, até Capão Bonito, mas mais do que isso:

Ela recebe o fluxo do trânsito que vem da PR-151, que se torna PR-239 que o governador Ratinho já está aceleradamente duplicando esse trecho, vai chegar na divisa com o estado, que é nossa cidade, Itararé, e esse dispositivo além de contemplar essa rodovia dá acesso à Rodovia dos Calçados, que é a região que sai Jaú, Avaré, Franca.

Então esse é um ponto que nós temos aqui, e eu tenho também mais duas solicitações, que é o trecho urbano da SPA de Itararé, Milton, é um projeto que nós contratamos, foi retificado diversas vezes através da CCR e conforme a solicitação da própria Artesp, e agora foi concluído, está pronto, tem um protocolo que se tornou aqui o

ofício direcionado ao senhor, e precisa da autorização apenas da Artesp para nós iniciarmos essa obra, que é no trecho urbano de Itararé para quem vem do Paraná.

A gente precisa rasgar uma avenida que dá acesso a diversas vilas de mobilidade de extrema importância, ou seja, será custeado tudo pelo município, nós respeitamos a agência reguladora, mas isso já está protocolado, retificado por diversas vezes conforme exigência da Artesp e depende da autorização da Artesp para iniciarmos essa obra.

O SR. MILTON PERSOLI - O senhor tem esse protocolo, não é?

O SR. HELITON DO VALLE - Tenho o protocolo, inclusive está no ofício aqui, quero fazer essa entrega pessoalmente para o senhor, e eu acredito que com relação ao dispositivo o senhor deve ter alguma notícia fresca com relação a isso? E aproveitando dentro do contexto, nós tivemos uma reunião do Consórcio do Condorsul no sábado, que era para o governador estar presente, por força maior acabou que não conseguiu descer na pista.

Mas o certo é que o deputado Ricardo Madalena estava presente, e foi uma reclamação generalizada dos prefeitos das cidades ali que compõem a SP-258, o descaso da CCR, Milton.

É sabido que houve diversas mudanças na CCR, exonerações, dezenas, e o escritório que é responsável ali, na cidade de Tatuí, não tem mais diretor de Relações Institucionais, não sabe quem comanda aquilo, e isso está refletindo negativamente nos trechos que contemplam da região de Itapetininga-Capão, Capão a Itapeva, Itapeva ali, aquela região de Taquarivaí e até minha cidade, Itararé.

Então precisa de uma fiscalização, ver o que está acontecendo, porque os buracos estão voltando e não está tendo manutenção. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok, deputado Heliton, com propriedade...

O SR. HELITON DO VALLE - Prefeito, obrigado...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - No futuro. Ok, prefeito, porque eu estive presente nessa reunião com vários prefeitos no sábado e lá nós pudemos concluir o descontentamento com relação à várias demandas das concessionárias, que

estão deixando de cumprir aquilo que é obrigação número um delas, porque recebe o pedágio, mas na hora de fazer a parte delas, infelizmente estão deixando a desejar.

Está é a realidade, e o órgão fiscalizador que tem que nos dar satisfação. Com a palavra, o diretor-geral Milton Persoli.

O SR. MILTON PERSOLI - Prefeito bom dia, ou boa tarde já, realmente nós temos ciência desse projeto de Itararé, é um projeto que já está aprovado, nós tivemos o empenho pessoal nessa aprovação, no governo passado, tivemos aprovação do projeto funcional, aprovação do estudo de tráfego feito pela CCR, tivemos aprovação do projeto Executivo e não tivemos aprovação do governo do estado naquele momento, no final do exercício anterior, de poder incluir como obra pertencente àquele acordo.

E realmente essa obra não é atribuição da Artesp, deputado, presidente, a Artesp não tem essa atribuição, foi tirada essa atribuição da Artesp e trazida para o poder concedente, então a Artesp não autoriza a execução de uma obra, principalmente não sendo contratual, isso é uma atividade do poder concedente.

Então é o poder concedente que autoriza a implantação ou não, a inclusão ou não ou qualquer alteração no contrato, não é a Artesp.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mas a informação é você que pode trazer aqui neste momento.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim, sem dúvida.

O projeto está pronto, era nosso anseio, nós fizemos essa interlocução pessoalmente, nós fomos lá pessoalmente então é uma decisão que foi trazida para quem estava presente, me parece que era o Takahashi, que representava o secretário Kassab, porque me parece que o governador não pôde, teve um problema no pouso, e aí ele me passou um “zap” perguntando, falando que estava com o senhor aqui, me apresentou ao projeto, falei:

“Takahashi, avise o projeto que este projeto já está aprovado na íntegra”, o que tem agora, que eu quero que vocês entendam e peço um segundo, presidente, para que eu possa me defender. Então o projeto está aprovado, tive o cuidado de ver a data de referência desse projeto, porque ele é baseado numa tabela de ITPU do TR, felizmente esse projeto é de dezembro de 22.

Essa tabela-referência do projeto é de dezembro de 22, o TR não publicou ainda uma nova tabela, então esse projeto ainda tem a validade. Se o TR publicar uma nova tabela, nós temos que corrigir esse valor, então é feita uma nova correção do valor disso, o que é uma imposição do próprio Tribunal de Contas do estado de São Paulo, não é uma atribuição da Artesp.

Eles exigem que nós façamos essa atualização, é uma atualização que demore, tem itens que não são contratuais que estão na tabela, nós temos que fazer um orçamento, não estou dizendo nesse caso, mas quando você faz uma atualização de tabela, tem itens que não estão compondo na tabela, a tabela do ITPU do TR não é previsto e aí você tem que fazer uma consulta ao mercado, trazer cinco empresas para fazer a consulta ao mercado de um item que não é previsto na tabela do TR.

Então isso vai impactando prazos, e fica tudo na conta da Artesp. Eu queria deixar isso registrado, e também saio daqui bastante contrariado por falta dessa visão que está se tendo da Artesp, eu particularmente tenho um empenho muito grande em dar toda a assistência, dar todo o atendimento a todo o parlamentar, prefeito, vereador, qualquer pessoa que vá lá.

Nunca deixei de atender, nunca. As pessoas passam, uma desumanidade, um prefeito que percorre 600 quilômetros para vir discutir um problema no Palácio do Governo, qualquer Secretaria e tem uma demanda com a Artesp, eu não atendê-lo.

Independente se eu tenho agenda ou não, ele sempre tem prioridade. Jamais eu faço isso, jamais eu deixo alguém sem atendimento, eu vou dividir essa responsabilidade, presidente, com os meus diretores, porque todas as orientações e todas as respostas passam pelos diretores.

Eu tenho minha responsabilidade sim, mas eu quero deixar claro a vocês que estão presentes que existe um grande entendimento, um grande esforço da Artesp em trazer esse benefício, nós que conhecemos, tivemos oportunidade, prefeito, de ser subprefeito aqui em São Paulo, nós sabemos da responsabilidade que o senhor tem como autoridade máxima que um deputado tem.

Nós temos essa sensibilidade, ninguém deixa o processo parado porque quer, é porque tem algum entrave, alguma necessidade de cumprimento que não depende especificamente da Artesp, no caso dos aeroportos nós recebemos... não é que ninguém tenha expertise, recebemos do Daesp uma atribuição que é aeroporto, ela sempre cuidou de rodovia, nós estamos em um processo de adaptação.

Não é que eu não conheço nada, os contratos são comuns, mas em alguns itens são diferentes, nós temos que estudar. Então no seu caso, prefeito, primeiro: esse projeto está aprovado, esse projeto ainda está válido, só que nós dependemos da autorização do poder concedente.

Eu escrevi isso para o Takahashi, pedi para o Takahashi falar com o secretário Kassab para ele falar com o secretário Benini, “Secretário Benini, por favor autorize que esse projeto seja incluído na concessão”, não é atribuição da Artesp, a atribuição da Artesp já foi 100% concluída, e tivemos um esforço muito grande, eu falo pessoalmente que esse processo Itararé e Itapeva nós gerenciamos pessoalmente.

O SR. HELITON DO VALLE - Nós tivemos, oportunamente, acho que algumas reuniões com o senhor, presencial e à distância dada a pandemia, quanto a isso nós sempre fomos atendidos pela Artesp.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mas não resolvido, não é?

O SR. HELITON DO VALLE - Isso.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Infelizmente.

O SR. HELITON DO VALLE - Acredito que agora, como está esclarecido, como está nas mãos do Executivo, presidente...

O SR. MILTON PERSOLI - A decisão.

O SR. HELITON DO VALLE - A decisão final...

O SR. MILTON PERSOLI - A decisão de inclusão desse processo, ele está 100% concluído, prefeito, nós ainda estamos...

O SR. HELITON DO VALLE - E atualizado, está vigente.

O SR. MILTON PERSOLI - Está atualizado, não precisamos nem atualizar. Se o TR publicar uma nova tabela, eu sou obrigado a atualizar. Aí tem um processo demorado um pouco de atualização desse preço, então quanto mais célere será essa decisão nós não corremos esse risco de ter o projeto totalmente atualizado de novo, seus custos, seus itens que não estão previstos na ITPU do TR, então sofre de novo um processo.

Então eu levei isso ao Takahashi, que representava o secretário na época e representava no dia o governador, dessa preocupação e para ele já ter o compromisso de falar com nosso secretário sobre isso. Já estou falando com o secretário, já deixei um recado a ele sobre isso: precisamos falar sobre Itararé. Sabemos da importância.

O SR. HELITON DO VALLE - Perfeito. Sr. Presidente, e o puxão de orelha na CCR com relação à manutenção do nosso trecho lá que está um caos.

O SR. MILTON PERSOLI - Eu vou levantar todas as notificações que têm lá para o senhor.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Nós vamos oficializar, depois especifica a rodovia SP, e também o trecho...

O SR. HELITON DO VALLE - É a 258.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Para nós oficializarmos à Artesp e ver se vai haver omissão, conivência ou se vão tomar providência.

O SR. HELITON DO VALLE - Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pois não.

O SR. HELITON DO VALLE - Eu tenho... se o senhor autorizar, eu tenho os ofícios prontos aqui, eu posso entregar ao Persoli, ao Milton, ele já sabe da...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sim.

O SR. MILTON PERSOLI - Por favor.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sem problema nenhum.

O SR. HELITON DO VALLE - De dar o aceite aqui. Da minha parte, Sr. Presidente, é o que temos para apresentar.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok.

O SR. HELITON DO VALLE - E aproveitando pela ordem, o prefeito de Riversul, se houver tempo, ele tem...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sim, calma aí que nós vamos chegar lá.

O SR. HELITON DO VALLE - O desejo de dar uma fala aí mais...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Nós temos aí o José Ramiro, nós temos o Guilherme, José Guilherme e o Éder, os três prefeitos que aqui estão. A palavra está livre aí para quem quiser fazer uso dela, viu? Vou cronometrar aqui.

Pode falar, Éder.

O SR. ÉDER MIANO - Boa tarde já, boa tarde Ricardo Madalena...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Boa tarde.

O SR. ÉDER MIANO - Obrigado por essa audiência, cumprimentar também o Sr. Milton da Artesp, e eu vi muitos questionamentos aqui, vários deputados estavam presentes também.

Nosso questionamento aqui, nosso projeto já foi concedido, diferentemente, o prefeito Heliton falou aqui de um novo projeto, o nosso já foi concedido lá atrás. A Artesp, que é a agência fiscalizadora, ficou de verificar esse projeto que é a SP-255, Rodovia dos Calçados, até nós tivemos recentemente inauguração do dispositivo dos caminhoneiros, área de descanso...

O SR. MILTON PERSOLI - O senhor estava presente.

O SR. ÉDER MIANO - Eu estava presente, a gente sempre participa junto com a concessionária, mas essa questão toda, essa rodovia se arrasta há muitos anos. Por exemplo o trecho, nosso trecho, está aqui o prefeito de Itai, nós temos preocupação muito grande porque é o trecho urbano.

É comentado dessa duplicação, ela está se arrastando, não é feita, então a Artesp tem um papel fundamental nisso como agência reguladora para, junto à concessionária, verificar esse cronograma. Tudo bem, pode estar dentro do cronograma, mas nós não estamos vendo um avanço.

Outro ponto, que daí é específico da minha cidade são os dois pedágios. Eu já vim aqui como vereador, lá atrás, numa reunião de comissão como essa quando era vereador, não era nem prefeito, e os rumores da instalação dos pedágios... é um absurdo o que fizeram lá, colocar dois pedágios em menos de 30 quilômetros, Taquarituba ficou ilhada, e na época ficou um jogando para o outro, “Ah não, mas é a rodovia 249, porque dá uma sobreposição...”

Essas são explicações, mas não é o fato. Você tem em menos de 30 quilômetros, não dá 30 quilômetros, então a população de Taquarituba ficou lesada com isso, tem pessoas que vão consumir de outra cidade e não vem mais. Tem muito comércio em Taquarituba que teve que fechar as portas por causa desses pedágios, essa decisão foi inconsequente na época, de fazer a concessão e colocar esses dispositivos sem discutir.

Tudo bem que faz audiência pública, pode gritar à vontade, não há o que faça o governo de São Paulo na época ter feito a mudança disso. Agora, a agência está aí também para rever essas coisas.

O SR. MILTON PERSOLI - Sim.

O SR. ÉDER MIANO - Eu tenho esperança com a mudança de governo, e o governador com seu olhar para infraestrutura que tem, trabalhou muito com a infraestrutura, tenha um olhar para as rodovias e de tentar resolver isso.

Foi colocado pedágio “free flow”, só que foi colocado no trecho São Paulo-Santos, por que não colocou, por exemplo, no nosso? Porque poderia ser uma forma de corrigir o problema, poderia ser uma alternativa, então é isso que não dá, Sr. Milton, não é uma crítica.

O SR. MILTON PERSOLI - Não, essa aflição a gente entende.

O SR. ÉDER MIANO - Estamos fazendo uma crítica institucional, fiz o ofício também em nome do consórcio, sou presidente do Consórcio da Amvapa que alguns prefeitos estão aqui com a gente. Fiz também um ofício para a Artesp, para vocês e uma audiência também pedi agora, mas ainda não obtive resposta.

Eu acho oportuna essa reunião aqui nossa porque o senhor vai lá, vai ver os ofícios, de repente o senhor marca uma reunião...

O SR. MILTON PERSOLI - Imediata.

O SR. ÉDER MIANO - Junto com a concessionária, com o nosso consórcio, com os prefeitos, e pode juntar os dois consórcios aqui, Condersul e Amvapa porque o sudeste paulista é muito grande, é cercado por rodovias, nós não podemos ter esses problemas que estamos tendo.

Então nós pedimos encarecidamente aqui essa luta contra os pedágios, isso eu tenho certeza de que nós e os 18 prefeitos que fazem parte do consórcio vamos encampar isso, porque não tem cabimento a população pagar, pagar, pagar e não ter a melhoria sequer da duplicação, então nós precisamos de alternativas, pedimos isso aqui, um novo olhar do governo do estado para tentar ver isso e à Alesp também.

Eu vi vários deputados fazendo questionamentos, tenho certeza que se eles estivessem aqui ainda eles ficariam estarecidos de você ter uma cidade com dois pedágios em menos de 30 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O senhor quer fazer observação com relação a esse...

O SR. MILTON PERSOLI - Nós recebemos esse ofício, já encaminhamos ao secretário. Eu represento o governo do estado, eu sempre nas minhas funções durante minha carreira como gestor público, eu não me omito e não culpo um terceiro porque hoje eu sou representante do governo do estado.

Então se houver uma falha em qualquer outro órgão do governo, eu hoje estou representando o governo, então eu tenho que assumir essa falha como o governo do estado, não como Artesp.

Eu discordo, com todo respeito à todos, eu assumo essas falhas na Artesp, vou tentar corrigi-las, vou dividir essas correções com meus pares diretores, mas algumas dessas atribuições, alongamentos e falta de decisão não são da Artesp, mas são do governo do estado na qual eu represento hoje.

Então eu entendo como uma crítica ao governo estadual, o atual está bastante empenhado sim, eu tenho visto isso recentemente nos enfrentamentos mas essa decisão, prefeito, os dois, três prefeitos aqui, precisa vir do poder concedente. A Artesp faz todo esse trabalho de levantamento de projeto, enfrentamento, análise do projeto, da parte do estudo de tráfego, do funcional, do Executivo e do contrato, propõe isso para dentro do contrato mas a decisão vai para o governo, não é nossa.

Então é isso que eu queria deixar claro a vocês, e está aberta nossa agenda, minha agenda é aberta à vocês o tempo inteiro, eu não tenho outra agenda. A agenda principal é parlamentar, é prefeito, é vereador, podem consultar, minha agenda está na internet, vocês vão ver.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok. A Artesp não pode fugir do que é obrigação dela de executar e fazer porque nós temos um governo comprometido, trabalhei com o Tarcísio há quase 15 anos, e sei do comprometimento, da seriedade do trabalho deste governador que nós temos aqui em São Paulo. Com a palavra, o prefeito Zé Ramiro, de Itai.

O SR. JOSÉ RAMIRO - Boa tarde presidente, boa tarde Milton, os prefeitos aqui presentes, eu quero agradecer, deputado, a oportunidade de estar aqui. Milton, a minha demanda é semelhante à de Taquarituba, que o Éder acabou de expor para nós, mas veja bem:

SP-255 no trecho BAN da cidade de Itai, eu estou prefeito desde 2021, e nós ouvimos falar muito do tal projeto-piloto para duplicação da referida rodovia, ali é um transtorno, porque a cidade de Itai me parece ser uma cidade de uma realidade específica, a cidade é praticamente dividida por igual pela rodovia.

Então eu tenho Santa Casa de um lado, cozinha-piloto de outro, escolas, setores públicos também e me parece, nós fomos chamados para uma reunião em agosto ou

setembro do ano passado em Barra Bonita com a concessionária, com a Arteris, e nessa reunião eles propuseram para nós, prefeitos ali, assinar uma autorização de uso e ocupação de solo, o que foi de pronto rechaçada por todos, porque sequer nós vimos o bendito projeto.

Minha cidade tem cinco a sete entradas e saídas, e o que nós ouvimos falar muito é que haverá apenas dois dispositivos, e nesses dois dispositivos não está sendo considerado que há um distrito industrial na cidade de Itaí, não está sendo considerado que temos a entrada principal da cidade com os comerciantes mais antigos, diz que vai ser fechado. Não está sendo considerado a passagem por passarela ou por baixo da pista, a travessia ao cemitério.

Então, eu sou cobrado o tempo todo pelos munícipes, por comerciantes, e a gente não sabe do projeto, não nos retornaram a respeito, não teve nenhuma audiência pública até o momento. Eu estou aqui para dizer ao senhor que nós estamos indignados com isso, a atribuição da Artesp é a fiscalização da concessionária, isso não é o poder concedente, é a Artesp, e nós precisamos ter luz, clareza nesse projeto. Não adianta a gente dizer que está na cronologia do projeto, nós não sabemos o projeto.

Eu não posso permitir que o estado entre no meu município, ainda que seja domínio de estado, aquela rodovia, e feche a cidade. Não consigo, não tem como. E eu preciso dar uma resposta para a minha população, porque enquanto prefeito eu não vou aceitar a cidade de Itaí ficar no prejuízo com relação a essa duplicação.

É necessário, pois no período da tarde, só da minha cidade saem seis, sete ônibus, mais seis, sete da cidade da Taquarituba que vai para Avaré. Você não anda, você não consegue, a cidade de Avaré é 40 km de Itaí, o que se era feito em meia hora hoje não se faz em menos de uma hora e vinte, fora a falta de manutenção. A questão da iluminação do perímetro urbano é a prefeitura que tem que fazer porque a concessionária não troca nem a lâmpada, aquelas lâmpadas antigas, amarelas, que não iluminam nada.

Então eu estou aqui trazendo essa informação para o senhor, não sei se o senhor sabia disso aí, porque nós não conseguimos retorno da concessionária. Eu tenho que ficar ligando, pedindo para electricista público, lâmpada da prefeitura sendo colocada lá sendo que o domínio é deles.

Eu queria saber do senhor como é o projeto, quais são os dispositivos? Nós vamos poder discutir com a engenharia nossa, da Arteris, audiência pública com a população, com os comerciantes...

O SR. MILTON PERSOLI - Perfeito, prefeito. Como o senhor mencionou, o senhor entrou agora em 21, provavelmente esse projeto já tinha sido discutido com a prefeitura anteriormente, e esses assuntos, essas dúvidas já tenham sido... provavelmente, eu não afirmo, não posso ter essa certeza. Eu terei reunião amanhã com o presidente da Arteris, com o Sérgio...

Já teve lá, vereador? Teve audiência pública? Porque quando você duplica... então assim, tem um compromisso nosso, prefeito, de chamar a concessionária, não sei se o senhor pode ir até lá na Artesp.

O SR. JOSÉ RAMIRO - Sim.

O SR. MILTON PERSOLI - A gente chama a concessionária para abrir o projeto e lhe mostrar. O senhor é o prefeito, autoridade máxima, não tem conhecimento do projeto que vai ser implantado lá... tem uma grande falha aí, e essa grande falha primeiro é da concessionária, que essa relação é com vocês. Ela tem que ter essa relação, a gente sempre cobra da concessionária essa relação com os prefeitos, essa relação com a prefeitura.

A melhor relação possível tem que nascer daí, e nós prezamos isso. Quando vem aqui, fala de uma relação, imediatamente notificamos a concessionária, ó, estive lá, a prefeitura está reclamando de falta de relação.

Acho que o senhor colocou da falta da relação com a CCR que teve uma mudança na estrutura dela, e realmente teve uma mudança, estruturalmente a CCR mudou muito. Tinha o Flávio, que era o diretor institucional, mudou, então essa falta de relação com as prefeituras é imprescindível... imperdoável, desculpa. Essa relação tem que existir e ser o mais próximo possível.

Se não houver, a Artesp está aí para isso. Eu canso de promover reuniões, prefeitos, com a comunidade ou com o prefeito ou com os vereadores e com as concessionárias para promover isso. Eu canso de ir pelas Câmaras Municipais, pelas Presidências das Câmaras Municipais, a gente recebe lá e faz essa relação e promove-a, o que é uma obrigação da concessionária e nós cobramos da concessionária sim.

Vai ser cobrado da Arteris que haja esse... eu tenho esse compromisso de você ir lá na Artesp para nós te mostrarmos o projeto.

O SR. JOSÉ RAMIRO - Sim, veja bem, a peculiaridade é tão grande que de acordo com a medida do domínio da faixa do estado do DR, existem casas, supermercados...

O SR. MILTON PERSOLI - Vai ter duplicação, vai ter que ser estudado. É uma dificuldade sim, quando você traz uma duplicação, você traz um grande ganho para a cidade, para a rodovia, você duplica a capacidade, você acaba com o congestionamento e traz segurança, mas aquele acesso em que antigamente era possível fazer a conversão de um lado para o outro, da rodovia de um sentido para o outro vai acabar.

Então isso acaba promovendo esse incômodo para quem hoje tinha essa situação, com ela duplicada vai ter um canteiro principal, esse acesso não vai ser possível transpor, mas nós podemos discutir outras alternativas, é o que temos feito.

Vão fechar minha frente aqui, eu não posso mais cruzar a rodovia nem posso sair para entrar no meu estabelecimento? Está bom, mas onde é o dispositivo mais à frente, onde é o retorno? Se eu tenho para trás, se eu não tenho, como é que eu fico?

Isso é trazido por vocês prefeitos para a concessionária e para a gente discutir.

O SR. JOSÉ RAMIRO - Então eu fico no aguardo da manifestação dessa...

O SR. MILTON PERSOLI - É imediato, Marquese já está aqui, a gente já sai com essa agenda.

O SR. JOSÉ RAMIRO - Tudo bem, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Olha, Srs. Prefeitos, tudo aquilo que está havendo hoje de reclamação pontual que a concessionária não atende, que a Artesp, coloca no papel. Oficializa, manda para a comissão, manda para o gabinete nosso, para nós tomarmos providências junto aos órgãos superiores da Artesp caso ela não tome providências. Com a palavra, nosso prefeito José Guilherme, Riversul.

O SR. JOSÉ GUILHERME - Boa tarde deputado, boa tarde a todos os presentes. Deputado Ricardo Madalena, gostaria de agradecer a oportunidade, e nós ficamos muito feliz de estarmos aqui hoje e vermos esse brilhante trabalho que o senhor faz à frente desta comissão.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado.

O SR. JOSÉ GUILHERME - E também o brilhante trabalho que faz em prol da nossa região, certamente hoje aqui nós pudemos ver, ser testemunha desse trabalho que é feito, não só pelo senhor, mas com os demais parlamentares dessa Casa também, e me permita uma brincadeira hoje, Dr. Milton.

O SR. MILTON PERSOLI - Por favor.

O SR. JOSÉ GUILHERME - O senhor apanhou mais que vaca na horta hoje aqui. É difícil o trabalho do senhor, a gente reconhece, devido a esse grande trabalho nesse grande estado que é o estado de São Paulo. É muito difícil, então levar essas demandas, fazê-las serem cumpridas, certamente o senhor tem um trabalho árduo...

O SR. MILTON PERSOLI - Obrigado pela compreensão, prefeito, muito obrigado.

O SR. JOSÉ GUILHERME - E depende de uma grande equipe dentro da Artesp para que levem as demandas necessárias para nossos municípios. E, nessa oportunidade como disse o prefeito Heliton, ele está em fase e o senhor também confirmou isso, da implementação de um dispositivo de acesso na cidade de Itararé.

Esse dispositivo de acesso também, da SP-258, é o que dá acesso para a SP-281 que liga o município de Riversul a Itararé.

O SR. MILTON PERSOLI - Isso, está previsto, eu acho.

O SR. JOSÉ GUILHERME - Está previsto, porém como nós já estivemos em uma outra oportunidade...

O SR. MILTON PERSOLI - O senhor esteve presente lá, não esteve?

O SR. JOSÉ GUILHERME - Estive lá presente.

O SR. MILTON PERSOLI - Então, vários prefeitos aqui já estiveram na Artesp...

O SR. JOSÉ GUILHERME - Isso, mas já faz um tempinho.

O SR. MILTON PERSOLI - Então não existe essa falta de interlocução, muito obrigado, prefeito.

O SR. JOSÉ GUILHERME - Já faz um tempo e nós precisamos que as coisas se alinhem, que as coisas aconteçam. Nós solicitamos lá a concessão, ou concessão, não sei como se chamaria isso, do trecho entre...

O SR. MILTON PERSOLI - Municipalização.

O SR. JOSÉ GUILHERME - Do trecho de Riversul a Itararé, que é da SP-281, ele não é concessionado, e como a concessão da Arteris sai de Franca e vai até Itaporanga, SP-255, fica esse braço que chega até Riversul, e de Riversul para Itararé não se prolongou, não teve esse braço, deputado.

O deputado conhece muito bem nossa região, e esse trecho de 40 quilômetros seria muito importante para a ligação do noroeste do estado de São Paulo, até mesmo no nosso norte do estado, da nossa produção agrícola, até o porto de Paranaguá, de Itajaí, ligando São Paulo aí e os demais estados do norte com o mundo, a produção agrícola, nossa produção através desses portos.

Então, um trecho de 40 quilômetros como nos já solicitamos seria, em termos de prazo para a concessionária uma adição de prazo nessa concessão...

O SR. MILTON PERSOLI - Isso.

O SR. JOSÉ GUILHERME - Seriam dois meses, eu acredito, do que representa todo esse contrato, então para nós seria muito importante o concessão desse trecho, da SP-281.

O SR. MILTON PERSOLI - Perfeito. Só para sua informação, prefeito, nós temos a reunião com o presidente da Arteris amanhã. O que está sendo trazido nessa reunião? O governador e o próprio secretário estão estudando uma nova forma de trazer algumas inclusões nesses contratos atuais, então nós estamos fazendo um encontro que são os acordos dos passivos regulatórios.

Quando os nobres deputados vêm falando sobre os passivos regulatórios, o governo está enfrentando-os, a Arteris está sendo chamada para esse acordo, para enfrentar o passivo regulatório da Arteris, e como é que se paga esse passivo regulatório?

O que é de direito a ela, e depois é deliberado, é transformado em obra. Então esse trecho pode ser incluído como um trecho que faz parte de uma obrigação desse próximo acordo. Esses acordos estão sendo celebrados pelo governo do estado, nós estamos fazendo com a Renovias, com a ViaOeste, com a Arteris.

São três acordos que o governo do estado está promovendo com as concessionárias para zerar esses passivos regulatórios, e o que estão sendo incluídos nesses acordos para equilibrar esses preços e forma de pagamento? Obra. O que você me deve, você paga em obra.

Então talvez, eu não sei, o acordo da Artesp ainda está sendo iniciado, amanhã nós temos uma reunião para entender um pouco do que o governo do estado está trazendo para concessão, quais são os itens que estão sendo trazidos para concessão dentro desse acordo, e eu vou ver se esse item está sendo contemplado. Se não houver contemplação desse item, ele tem que ser contemplado.

Tem que haver uma interlocução com a concessionária, com o governo, para que seja incluído nesse acordo, senão ele vai transformar em um item não contratual, aí ele vai para um outro momento. Se não for agora, a gente não pode perder esse momento desse acordo para tentar incluir.

Precisa calcular volume, precisa ver se tem volume, se tem acidente, se tem interesse público nessa ação, se o interesse público está manifestado nesse trecho de 40 quilômetros, se justifica isso, se é justificado o interesse público. Não é só questão de pedágio, valores. É se tem interesse, se tem volume, se é possível fazer essa integração na concessão desses 40 quilômetros.

O SR. JOSÉ GUILHERME - E, só para registrar, certamente seria um bom negócio também para a concessionária Arteris, que ligaria ali, poderia virar uma rota...

O SR. MILTON PERSOLI - Gera mais volume.

O SR. JOSÉ GUILHERME - Gera mais volume de veículos na rodovia. Por segundo, eu gostaria só de pontuar aqui junto com os colegas que nós, a respeito das

audiências que seriam realizadas de quatro em quatro anos, eu não me recordo, da concessionária.

Até o momento eu não fui convidado, mesmo não tomei conhecimento dessa reunião, se aconteceu ou não aconteceu em relação aos nossos municípios.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Nós vamos oficializar à Artesp, ao governo do estado com relação a parcerias, investimentos, ao secretário, para que seja feito através de requerimento a convocação dos órgãos públicos municipais para não ter esse problema de não saber, que não aconteceu, que não ficou sabendo, que não convidou.

Então nós vamos fazer essa sugestão, e se não acatado nós vamos ver qual meio possível para fazer através da Assembleia para que seja comunicado e convocado.

O SR. JOSÉ GUILHERME - E, por último, como já foi debatido naquela outra reunião, a facilitação para o Poder Público Municipal à instalação do Sem Parar, ou do “tag” de pedágio, porque nós temos uma demanda... você tem que sair do município, levar o veículo, passa por uma vistoria, depois de instalado você tem que ir em uma outra vistoria...

O SR. MILTON PERSOLI - Para nossa autorização, você diz?

O SR. JOSÉ GUILHERME - Isso, e depois você tem que comprovar ainda mensalmente a titularidade do veículo para desconto no pedágio, então se tiver essa possibilidade de facilitar os “tags” nos veículos públicos, certamente isso nos ajudaria muito.

Deputado, mais uma vez muito obrigado, que Deus continue abençoando o seu mandato...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Amém.

O SR. JOSÉ GUILHERME - E a toda nossa região sudoeste, e ao senhor, Dr. Milton, o senhor tem mais um ano de mandato, que nós possamos celebrar esse... (Vozes sobrepostas.) essas conquistas em seu mandato. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Quero agradecer aqui a todos que estiveram, vou nominar um por um, mas Sr. Milton Persoli, o senhor viu aqui a insatisfação geral desta Casa, o descontentamento de todos os pares e também dos prefeitos que aqui estiveram.

Gostaria que as providências sejam tomadas devido a você ser a autoridade maior hoje que representa a Artesp. Quero agradecer aqui a presença do meu amigo, meu parceiro Diego Singolani, nosso prefeito lá de Santa Cruz do Rio Pardo, Heliton, que a gente tem um carinho muito grande, lá de Itararé, também meu amigo Guilhermino, prefeito pelo segundo mandato já, não é, Guilherme?

A maioria dos prefeitos, segundo mandato, que vai estar saindo lá da nossa querida Riversul, também o Zé Ramiro, obrigado, Zé, por estar presente aqui junto com o Éder, que faz um grande trabalho.

Nada mais havendo a ser tratado, agradeço a cada um de vocês que participaram aqui hoje, e declaro encerrada a presente reunião.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *